



1. <sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 30.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 1.987  
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Edmar Luiz Costa e Valderi Mendes Vilela.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Vera Agibert, Acir Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinatti, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (48). Achando-se ausentes, os seguintes Senhores Deputados: Eduardo Baggio, Lindolfo Júnior, José Alves, Antônio Costenaro Neto e Dirceu Manfrinato. (05). Achando-se em licença o Senhor Deputado Homero Oguido.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Está em discussão a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. EZEQUIAS LOSSO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - A Mesa defere e irá proceder a verificação

ção de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Eu requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.<sup>o</sup> Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados)

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria de saber, já que não me foi bem audível, se constou na Ata a retirada das Oposições do Plenário na última quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - A Assessoria está esclarecendo que consta da Ata.

33 Senhores Deputados responderam a chamada. Há "quorum" para deliberação.

A Mesa procederá a verificação de votação da Ata atendendo solicitação do Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, declino da solicitação de verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Havendo declinado, aprovada a ata.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

## E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência, para a Proposição n. 41/87, que vetou o Projeto de Lei n. 293/86, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 162/86, que autoriza o Poder Executivo contrair empréstimo ou financiamento externo ou interno, em moeda nacional, ou estrangeira, até o equivalente US\$ 82.000.000,00 (oitenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte), com vistas ao saneamento financeiro da Empresa Cidade Industrial de Curitiba S/A - CIC S/A.

Sala das Sessões, em 04/05/87.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamento:

Rafael Greca e Antônio Belinati.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênica à Douta Mesa, após ouvir o Egrégio Plenário, seja dada preferência de votação, em regime de urgência, ao Projeto de Lei n. 04/87.

Sala das Sessões, em 04/05/87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Preferência de Votação para a Emenda n. 44 do Projeto de Lei n. 32/87.

Sala das Sessões, em 04/05/87.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Votação, ao Projeto de Lei n. 32/87, constante da Ordem do Dia de hoje, em 3. Discussão.

Sala das Sessões, em 04/05/87.

(a) NESTOR BAPTISTA

Líder do Governo

Apoiamento: Caíto Quintana.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata da presente sessão, de "voto de profundo pesar", manifestado aos familiares e parentes da Senhora Anita Grandi Salmon, falecida no dia 03 de maio em curso, nesta Capital.

Pertencente a tradicional família de Sengés, a extinta era casada com o Sr. Duílio Salmon e mãe da Srta. Suelli Maria Salmon, funcionária deste Poder Legislativo.

O lamentável fato veio abalar de forma profunda aqueles, para cujo convívio, ela foi a mãe exemplar, esposa dedicada, e fiel amiga, a par de qualidades profissionais indubitáveis que lhe eram peculiares, como eficiente educadora e contribuinte do processo de aprimoramento do ensino em nosso Estado.

Desta decisão, REQUER, ainda, seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Getúlio Vargas, 4508 - ap. 21 - Nesta Capital.

Sala das Sessões, em 04/05/87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênica à Douta Mesa, após ouvir o Magnânimo Plenário, seja inserido nos Anais da Egrégia Sessão deste dia, Votos de Pesar, pelo falecimento, da Senhora Iolanda Schuindt, que residia no Município de São João do Ivaí.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao seu esposo, Senhor Elias Schuindt, extensivo a todos os familiares, no Sítio Água Rica, naquele Município.

Sala das Sessões, em 04/05/87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados:

É com tristeza e profundo pesar que trazemos a esta Augusta Casa de Leis, a nossa propositura de enviarmos votos pesados pelo falecimento prematuro da Senhora Iolanda Schuindt, ocorrido no infausto dia vinte e oito de abril do corrente.

Grande líder da comunidade rural de São João do Ivaí, Dona Iolanda deixa uma lacuna que não se preencherá tão cedo.

Dona de casa exemplar, deixou um grande exemplo para os familiares; mãe dedicada deixou saudade para os filhos; companheira inseparável, deixou inconformado seu esposo, Senhor Elias; dotada divinamente de uma liderança incomum, deixa seus amigos e toda a comunidade sãojoãoense enlutada.

Por toda sua vida foi uma batalhadora ímpar da sociedade e dos menos favorecidos, fazendo parte integrante da força pública que garantiu a vitória do PMDB nas eleições de 1982 e principalmente 1986, instruindo o povo e reivindicando das lideranças políticas os compromissos assumidos, entre as quais, este Parlamentar teve a honra de merecer o seu prestígio.

Que Deus console a família e faça nascer alguém com tanta "garra" pela vida e pela justiça, para dar continuidade à vida que continua, agora meio sem graça com a ausência de Dona Iolanda. É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata, de votos de congratulações ao artista plástico Eduardo Nascimento, pela vitória obtida no concurso "Pintura Mural Hospital de Clínicas".

REQUER, ainda, que da decisão da Casa se dê ciência ao referido artista.

Sala das Sessões, em 04.05.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

## JUSTIFICATIVA:

Eduardo Nascimento, artista de estilo que ele próprio classifica como concreto-abstrato, é ativo e grande divulgador das artes paranaenses.

Como professor de Composição e Fotografia na Faculdade de Educação Musical do Paraná tem desenvolvido um relevante trabalho. Suas atividades têm contribuído para o desenvolvimento e aprimoramento da nossa arte. Como prova disto, recentemente foi eleito Presidente da Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata da presente sessão, de "votos de congratulações" e expressões de regozijo, pela data que assinalou a 28 de abril p.passado, os 25 anos de fundação da Rádio Emissora Santana, de Ponta Grossa, veículo de comunicação da maior representatividade e expressão no seio da comunidade princesina, manifestações estas extensivas à sua Direção.

Desta decisão, REQUER, ainda seja, dada ciência da proposição em apreço, no seguinte endereço: Praça Marechal Floriano Peixoto, 581 - Ponta Grossa - Pr.

Sala das Sessões, em 04/05/87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

## JUSTIFICATIVA:

Foi fundada no dia 28 de abril de 1962, e pela primeira vez a Rádio Emissora Santana transmitia seus sinais a partir dos estúdios provisoriamente instalados numa sala do então Ginásio São Luiz, situado na Praça Barão do Rio Branco, n.128.

Fizeram parte da primeira equipe de trabalho da Rádio Emissora Santana os Senhores Edson Rosa, Arion Fernandes, Aldo Mikaeli, Wilson Quintino, Lineu Daros, Osmar Dias de Oliveira e Jorge Ebel. Com poucos anos de vida a Emissora Santana já foi capaz de revelar grandes nomes para marcar época na história do rádio pontagrossense, paranaense e brasileiro, tais como: Ney Costa, Ludgero Pavão Filho e Sidnei Santos.

Em 1963 importantes mudanças ocorreram na Emissora: deixou ela de transmitir na faixa de 1420 Khs e mudou para a faixa de 906 Khs, onde permanece até hoje; seu transmissor que inicialmente tinha apenas 100 watts de potência, foi substituído por outro de 1000 watts e, ainda neste ano, seus estúdios foram transferidos para o atual prédio, na praça Marechal Floriano Peixoto, onde foi adaptado um andar inteiro para que a Rádio funcionasse nas mais perfeitas condições.

Foi através de sua brilhante programação, feita por profissionais competentes, no decorrer desses vinte e cinco anos, que a Rádio Emissora Santana comemora seu Jubileu de Prata, sendo detentora de invejável audiência.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja registrado na Ata desta sessão, votos de congratulações à Casa Publicadora Brasileira pelo brilhantismo do seu conjunto vocal, que no último fim de semana esteve em Curitiba, interpretando composições musicais de alto gabarito e proporcionando notável enriquecimento cultural e espiritual a milhares de pessoas.

Outrossim, aprovado este requerimento, se dê ciência da decisão desta Assembléia Legislativa ao ilustre e dinâmico gerente da mencionada instituição - Senhor Pastor Carlos Borda - Caixa Postal n. 34 - CEP 18.270 TATUI - São Paulo.

Sala das Sessões, em 04/05/87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações e aplausos à jornalista londrinense Rosana Bond, pelo lançamento do seu livro "Nicarágua - A Bala na Agulha".

No livro, Rosana relata, com riquezas de detalhes, experiência que viveu quando esteve pessoalmente naquele país. Sentiu de perto os problemas que a Nicarágua tem enfrentado após a derrubada do regime ditatorial de Anastácio Somoza.

Jornalista dotada de grande inteligência, está tendo notável êxito com o livro recém-lançado, cuja obra muito engrandece a imprensa paranaense.

A Assembléia Legislativa tem o dever de registrar, nos Anais da História, trabalho tão importante.

Que esta homenagem seja comunicada à jornalista Rosana Bond, através do jornal "Folha de Londrina", em Londrina, com votos de permanente sucesso em sua carreira na imprensa, e agora como escritora.

Sala das Sessões, em 04.05.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, no uso de suas atribuições regimentais, que seja enviado expediente ao

Excelentíssimo Sr. Osmar Dias, Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, solicitando a inclusão do município de Missal no Plano Estadual de Irrigação e Armazenamento de Grãos.

Sala das Sessões em 04.05.87.

(a) GERNOTE KIRINUS.

**JUSTIFICATIVA:**

Pelo fato de Missal ser um município ribeirinho, localizado às margens do Lago de Itaipu, oferece todas as condições necessárias à implantação do sistema de irrigação. Por ser um município essencialmente agrícola, é de grande importância a instalação de um armazém de grãos para a estocagem da produção.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MISSAL**

**ESTADO DO PARANÁ**

Ofício n. 022/87.

Missal, 15 de abril de 1987.

Senhor Deputado:

Vimos, através do presente, enviar em anexo Requerimento n. 004/87, de autoria do Vereador Orlando A. Bremm, aprovado em única votação por unanimidade em Sessão Ordinária realizada aos quatorze (14) dias do mês de abril do corrente.

Sendo o que tínhamos para o presente momento, aproveitamos a oportunidade para reafirmar nossos protestos de real apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

(a) IRANI T. GIEHL - Presidenta

Excelentíssimo Sr.

GERNOTE KIRINUS

MD. Deputado Estadual

Curitiba - PR

**CÂMARA MUNICIPAL DE MISSAL**

**ESTADO DO PARANÁ**

REQUERIMENTO N. 004/87

ORLANDO A. BREMM, Vereador com assento nesta Câmara Municipal na Primeira Legislatura do município de Missal, no uso de suas atribuições legais e regimentais, após ouvido o plenário e aprovado pelo mesmo, requer a Vossa Excelência o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador Álvaro Dias e Deputado Estadual Gernote Kirinus, solicitando ser incluído Missal no Plano Estadual de Irrigação e Armazenamento de Grãos.

**JUSTIFICATIVA:**

Visto que Missal é um município ribeirinho ao Lago de Itaipu e oferece todas as condições de água para a irrigação. E por ser um município totalmente agrícola solicita-se também um armazém de grãos neste município.

Sala de Sessão da

Câmara Municipal de Vereadores de Missal,  
em 14/04/87.

(a) ORLANDO A. BREMM

Vereador Requerente

Aprovado em única discussão  
por unanimidade

Sala das Sessões, 14.04.87

Assinatura ilegível

Presidente da Câmara

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Heinz Georg Herwig, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando autorização para prestar serviços de restauração da estrada estadual entre o Distrito de Goixim até o Rio Piquiri, bem como da localidade de Alto do Cobre até Pinhalzinho, Município de Cantagalo, com máquinas do Quinto DER de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 04.05.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

**JUSTIFICATIVA:**

Conforme entendimentos com o Digníssimo Secretário de Estado da Reforma Agrária, os reparos nas estradas que servem aos sem-terra, recentemente assentados na região de Pinhalzinho e Grongoró, tais melhorias serão feitas pelo Estado.

Devido as péssimas condições em que se encontra a estrada que liga Grongoró até Alto do Cobre, os moradores daquelas localidades estão sujeitos a ficar sem a linha de ônibus, dificultando sobremaneira o transporte dos residentes e também o deslocamento de pessoas doentes, principalmente dos sem-terra, que já sofrem pela falta de estrutura e saneamento.

Uma vez aprovado, que se dê ciência aos Excelentíssimos Srs. Prefeito Municipal bem como ao Presidente da Câmara Municipal de Cantagalo.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Luiz Felipe Haj Mussi, DD. Secretário de Estado da Reforma Agrária, solicitando que as áreas de terras desapropriadas no Município de Cantagalo sejam distribuídas prioritariamente entre os sem-terra, que se encontram assentados no referido município.

Sala das Sessões, em 04.05.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

**JUSTIFICATIVA:**

Sendo Cantagalo um município com bastante áreas de terras ociosas, venho ratificar o pedido firmado pelo Excelentíssimo Sr. Guilherme de Paula Neto, Digníssimo Prefeito Municipal, acompanhado de relação de 702 pessoas que se inscreveram como sem-

-terra naquele município, através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, cujas cópias dos cadastrados foram enviadas à FE-TAEP.

Tal pedido prende-se ao fato de que as áreas de terras desapropriadas sejam distribuídas prioritariamente entre os sem-terra, que se encontram assentados naquelas localidades.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, bem como ao respectivo Presidente da Câmara Municipal de Cantagalo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Sr. Coronel QOPM Dirceu Rubens Hatschbach, MD. Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, solicitando que aquela autoridade autorize e determine o recompletamento do efetivo da Companhia de Polícia de Guarda Independente (Cia PGInd), a fim de poder o Comandante desta Companhia designar uma guarnição PM para policiarmos diuturnamente o complexo de edificações deste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 04.05.87.

(a) RAUL LOPES.

#### JUSTIFICATIVA:

O complexo de edificações deste Poder Legislativo, pelas próprias características arquitetônicas e de estacionamento é por demais devassado e vulnerável.

Tem ocorrido diversos furtos nas dependências internas e externas da Assembleia Legislativa, motivo pelo qual, em função da dita vulnerabilidade, é indispensável uma guarda ostensiva de proteção aos próprios públicos, bem como aos bens móveis dos servidores deste Poder.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Sr. Dr. Antônio Lopes de Noronha, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública; ao Sr. Coronel QOPM Dirceu Rubens Hatschbach, MD. Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, e ao Ilustríssimo Sr. T.C. QOPM Belmiro Saber Filho, MD. Comandante do 15. BPM - Rolândia - PR, elogiando a atuação do Efetivo Policial Militar, por ocasião da tentativa de linchamento de um marginal, no dia 23 próximo passado, na cidade de Astorga - PR, onde destacou-se o Sd. QPM 1-0 Osmar Aparecido Ângelo, pertencente ao 15. BPM de Rolândia, que em apoio, compareceu à cidade de Astorga.

Sala das Sessões, em 04.05.87.

(a) RAUL LOPES.

#### JUSTIFICATIVA:

A atuação pronta e eficaz da tropa Policial Militar empenhada em apoio ao ocorrido no dia 23 de abril de 1987 (4.º PBM e 15.º BPM), mostraram o alto grau de adestramento policial militar no controle de tumultos, conseguindo acalmar a população, dando a devida e legal segurança física ao preso, evitando o iminente linchamento.

Há que se destacar na oportunidade, a atuação do Sd. QPM 1-0 Osmar Aparecido Ângelo, o qual, além da atuação incorporada que acima nos referimos, mostrou "ter preparo próprio e dedicação imposta pelo sentimento do dever", pondo em risco a própria vida, no cumprimento do dever, conforme mostrado pelo jornalismo televisivo, pondo-se sobre o marginal e evitando, individualmente, que a população alcançasse seu intento de linchar o marginal preso.

São homens como esse que enobrecem a corporação, merecendo das autoridades constituídas todo o respeito e consideração.

Através do Sd. Ângelo, elogiamos todo o efetivo empregado, parabenizando-os pelo objetivo alcançado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Sr. Coronel Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, solicitando a implantação, fortalecimento e manutenção de policiamento ostensivo e preventivo nas escolas públicas e particulares durante o período de aulas e intervalo entre turnos.

Sala das Sessões, em 04.05.87.

(a) RAUL LOPES.

#### JUSTIFICATIVA:

As escolas de primeiro e segundo graus têm sido, ao longo dos tempos, o local preferido por marginais de toda espécie, tais como ladrões, maníacos sexuais e principalmente traficantes de tóxicos.

Há que o policiamento ostensivo se fazer presente, para desestimular os marginais a atuarem junto aos estabelecimentos de ensino, eliminando-se, assim, a grande ameaça, hoje existente, à juventude estudantil.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, no uso de suas atribuições regimentais, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Delcírio Tavares da Silva, Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, solicitando a criação de um

posto de saúde na localidade de Serra das Flores, no município de São Jorge do Patrocínio.

Sala das Sessões, em 04.05.87.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

Sendo Serra das Flores uma localidade com considerável número de habitantes e estando relativamente distante da sede do município, é de extrema necessidade a criação de um posto de saúde para atendimento emergencial a estes moradores, pois o deslocamento para a sede é um tanto dificultosa e demorada. Além disso, facilitaria o trabalho de atendimento na sede, uma vez que os atendimentos de primeiros socorros seriam feitos na própria localidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, no uso de suas atribuições legais, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Gilberto Geraldo Garbi, Presidente da TELEPAR, solicitando a implantação de um Posto de Serviços - PS, na localidade de Serra das Flores, no município de São Jorge do Patrocínio.

Sala das Sessões, em 04.05.87.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Sendo Serra das Flores uma localidade com considerável número de habitantes e estando relativamente distante da sede do Município, é de extrema necessidade a instalação de um posto de serviços para atendimento dos moradores, pois o deslocamento até a sede é dificultoso e demorado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, no uso de suas atribuições regimentais, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Heinz Georg Herwig, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando que seja incluído no Programa "Rodovias Rurais" o asfaltamento dos trechos: distrito de Bela Vista ao distrito de Iguiporã, ou Bela Vista/Belmonte/Novo Horizonte, município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 04.05.87.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Os distritos de Bela Vista e Iguiporã são altamente produtivos, e a ligação asfáltica dos mesmos facilitará, de maneira inexorável, o intercâmbio de produção, cultural e de experiências, bem como aumentaria o escoamento da produção para a sede do Município.

CÂMARA MUNICIPAL DE  
MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
ESTADO DO PARANÁ

Gabinete do Presidente, 23.04.87.

OFÍCIO N.79/87

Senhor Deputado.

De conformidade com o requerimento do Vereador Pedro Rauber, aprovado por unanimidade neste Legislativo Municipal, solicitamos as gestões de Vossa Excelência junto aos organismos competentes no sentido de que seja integrado no programa de rodovias rurais da Secretaria de Estado dos Transportes a construção de asfalto ligando as localidades de Bela Vista a Iguiporã ou Bela Vista/Belmonte/Novo Horizonte.

No aguardo das atenções, firmamo-nos com manifestações de estima e consideração.

Atenciosamente.

Elio Lino Rusch

Presidente

Excelentíssimo Senhor

GERNOTE KIRINUS

Digníssimo Deputado Estadual

CURITIBA - PR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando providências administrativas quanto ao completamento do efetivo da Polícia Militar do Paraná, e na proporção da abertura de vagas, o seu conseqüente re-completamento, tudo em caráter de urgência.

Sala das Sessões, em 04.05.87.

(a) RAUL LOPES.

JUSTIFICATIVA:

De acordo com os cálculos técnicos, levando-se em consideração: população, área, arrecadação de ICM, número de veículos, o efetivo policial militar deveria estar já, na casa de vinte e dois mil homens (22.000 PMs).

O efetivo atual fixado em Lei (8066 - 26.12.84, em anexo), é de 16.790 PMs.

O efetivo atual existente é de 14.552 PMs.

O número de exclusões médio mensal atinge a casa de 113 PMs, redundando em um efetivo médio excluído anualmente, na casa de 1.356 PMs.

O Centro de Recrutamento e Seleção da Polícia Militar do Paraná - CRS/PMPR, redobrou o seu empenho na atração de novos policiais militares, alcançando, já no primeiro trimestre do corrente ano, um saldo positivo de homens.

Desnecessário se faz destacarmos o

significado da presente solicitação, porquanto, se interrompido o processo de inclusão de novos soldados, em um curto espaço de tempo, a condição da Polícia Militar de preservar a ordem, tranqüilidade e segurança pública, estará seriamente comprometida, agravando-se a criminalidade no Estado do Paraná.

Isto posto, conclui-se que, para maior dinamização do sistema de Segurança Pública, é indispensável que Sua Excelência o Sr. Governador do Estado autorize, em caráter de urgência, o completamento imediato e conseqüente recompletamento gradativo, do efetivo da Polícia Militar do Paraná.

# ESTADO MAIOR DA POLÍCIA MILITAR

## Primeira Seção

LEI N. 8.066

Data: 26 de dezembro de 1984

Súmula: Dá nova redação ao art. 1.º, da Lei n. 7047, de 21 de novembro de 1978, alterando o efetivo da Polícia Militar.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, decretou e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1.º - O Art. 1.º da Lei n. 7047, de 21 de novembro de 1978, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1.º - O efetivo da Polícia Militar do Paraná é fixado em 16.790 policiais militares".

Art. 2.º - Os anexos 1, 2 e 3, integrantes da Lei n. 7047, de 21 de novembro de 1978, com as alterações introduzidas pelas Leis n. 7638, de 01 de setembro de 1982, n. 7815, de 29 de dezembro de 1983, n. 7882, de 27 de julho de 1984, e n. 7960, de 21 de novembro de 1984, passa a vigorar na forma dos anexos 1, 2 e 3 desta Lei.

Art. 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba,  
em 26 de dezembro de 1984.

(aa) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

LUIZ FELIPE HAJ MUSSI

Secretário de Estado da Segurança Pública  
(Diário Oficial do Estado número 1935, de 26.12.84).

## ANEXOS À LEI N. 8.066

### RESUMO DOS QUADROS DE OFICIAIS - ANEXO I

QUADROS		CEL	TEN CEL	MAJ	CAP	o 1. TEN	o 2. TEN	SOMA
Q O P M		12	34	49	133	160	161	548
Q O B M		2	5	8	18	40	50	123
Q O P M Feminino							7	7
M O O	MÉDICOS	1	5	6	6	9		27
	DENTISTAS	1	2	7	8	7		25
	VETERINÁRIOS				1	2		3
	BIOQUÍMICOS		2	1	1	3		7
Q C P M					1	1		2
S Q	MÚSICOS					1	1	2
	COMUNICAÇÕES					1	2	3
Q O A					13	25	73	111
Q Of. EXTINÇÃO			1	2	4	1		8
T O T A L:		16	49	73	185	249	294	866

RESUMO DOS QUADROS DE OFICIAIS EM EXTINÇÃO - ANEXO II

QUADROS	TC	MAJ	CAP	1.º T	SOMA
(1) MECÂNICO		1			1
(1) ELETRICISTA				1	1
(3) POL.RODOV.	1	1	2		4
(2) IMP.REL.PÚBL.			1		1
(2) MÚSICOS			1		1
S O M A	1	2	4	1	8

(1) Em extinção pela Lei n. 4.855, de 30.03.64

(2) Em extinção pela Lei n. 5.797, de 24.06.68

(3) Em Extinção pela Lei n. 5.926, de 22.04.69

RESUMO DAS PRAÇAS POR QUALIFICAÇÃO POLICIAL-MILITAR GERAL

ANEXO III

QPM \ GRAD	SUB TEN	1.º SGT	2.º SGT	3.º SGT	- Cb	Sd	SOMA
QPMG-1 Praças Pol.Mil.	168	234	529	1.046	1.524	9.081	12.582
QPMG-2 Praças Bomb.Mil.	25	44	84	411	605	1.886	3.055
QPMG-3 Praças Pol.Mil.Fem.		1	6	25	37	218	287
T O T A L	193	279	619	1.482	2.166	11.185	15.924

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, elogiando a atuação do Meritíssimo Juiz de Direito Ivã Xavier Vianna Filho, Juiz Substituto da Comarca de Astorga - PR, quando da tentativa de linchamento de assaltante naquela cidade.

Sala das Sessões, em 04.05.87.

(a) RAUL LOPES.

JUSTIFICATIVA:

A atuação serena e calma do citado magistrado, fez com que serenassem os acontecimentos violentos ocorridos no dia 23

próximo passado, quando da tentativa de linchamento de um marginal de alta periculosidade.

O referido magistrado, mostrando-se coerente com suas convicções e responsabilidades, soube com galhardia mostrar a força e onipresença da justiça, amparando os policiais que ali atuavam e dando à população a tranqüilidade necessária para a retomada da situação.

Elogie-se pois, aquele juiz, pois que é de homens com aquela competência e dinamismo que a justiça do Paraná deve possuir em seus quadros.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,



no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Delcino Tavares da Silva, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social - SESB, no sentido de solicitar a instalação de um gabinete odontológico no Colégio Estadual Humberto de Alencar Castelo Branco, na cidade de Itapejara do Oeste, designado pela Resolução número 4857/84/SEED.

Com cópia para a Câmara Municipal de Vereadores de Itapejara do Oeste - Paraná.

Sala das Sessões, em 04.05.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem como objetivo solicitar do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social - SESB, a necessidade premente da instalação de um gabinete odontológico, com todos os equipamentos, no Colégio Estadual Humberto Alencar Castelo Branco, na cidade de Itapejara do Oeste, para atender várias centenas de alunos, em sua maioria estudantes carentes.

Outrossim, a instalação desse gabinete, foi autorizado através da Resolução n. 4857/84/SEED, portanto há três anos os professores, pais de alunos e alunos esperam pelos benefícios.

A comunidade discente e docente espera das autoridades o bom senso em determinar a instalação do tão esperado equipamento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, em uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênica à douta Mesa, após ouvir o magnânimo Plenário, seja expedido um convite ao Superintendente Regional da Rede Ferroviária Federal, Dr. Paulo Munhoz da Rocha, para um debate com a Comissão de Turismo desta Casa, objetivando visualizar uma saída para a urgente implantação da Maria Fumaça no trecho entre Antonina e Morretes.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Prefeito Municipal, à Câmara de Vereadores e ao Diretor do Porto Barão de Teffé, em Antonina, bem como ao Diretor Presidente da PARANATUR, Dr. Wadis Vitório Benvenutti e ao ilustre jornalista Cândido Gomes Chagas, Diretor Geral da Revista "Paraná em Páginas".

Sala das Sessões, em 04.05.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

#### JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"O uso da Maria Fumaça no trecho entre os municípios de Antonina e Morretes, é por demais importante, pois tem a capacidade de evidenciar as fronteiras dos trilhos de nosso nostálgico passado.

A linha férrea entre Morretes e Antonina, tem tudo para representar um domingo sensacional aos viajantes. Os quatro ou cinco vagões, conforme a idéia apresentada, saem de Curitiba "engatados" na composição férrea normal que faz a linha Curitiba - Paranaguá. No trecho até Morretes os vagões seriam "puxados", normalmente, por máquina(s) Diesel e os viajantes teriam a oportunidade de constatar as maravilhas dessa estrada de ferro centenária, seus túneis, seus viadutos, o "Veu da Noiva" e tudo o mais que é maravilhoso, tão decantado pelas agências de turismo e pelos que operam no ramo.

Quando essa composição chegar na histórica cidade de Morretes, esses quatro ou cinco vagões com os passageiros que tiverem adquirido acesso à Maria Fumaça, são desengatados da composição, que continuará viagem até Paranaguá. Em Morretes estará ocorrendo, assim, a "baldeação", que por tantos anos foi tradicional nos serviços ferroviários do nosso litoral.

Os vagões, então, engatados na Maria Fumaça, têm o destino de Antonina, demorando a viagem apenas trinta minutos. Será uma sessão de saudosismo, para os de mais idade, e de entusiasmo, para os jovens, com a máquina a vapor fazendo com que todos sintam emoções realmente sensacionais.

Por volta das 11 horas a chegada a Antonina, com a famosa fanfarra "capelista" esperando os visitantes na velha estação (que fica "dentro" da cidade, facilitando a locomoção dos turistas), no almoço, um barreado, prato típico de Antonina, ou um prato com frutos do mar, à vontade de cada um. Passeios pelas ruas estreitas, verificação das casas de tempos que não voltam jamais. Um caldo de cana, um artesanato de recordação. À tarde, outra vez as emoções na Maria Fumaça, que estará complementando a sua missão, trazendo os turistas até Morretes. E, nesta cidade, o reengate desses quatro ou cinco vagões, na composição que estará voltando de Paranaguá, para o retorno a Curitiba".

É uma sensação indescritível, vislumbrar esta viagem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pelo que anelamos o integral apoio dos insígnies Companheiros.

É a justificativa.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Bayard Rachevské Osna, Superintendente da COBAL, solicitando a instalação de armazém no Município de Quedas do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 04.05.87.

(a) WERNER WANDERER

**JUSTIFICATIVA:**

De iniciativa do nobre Vereador Alceu Schneider Fausto, que em 12.03.87 apresentou requerimento na Câmara Municipal, solicitando o acima referenciado, crendo que desta forma a população terá oportunidade de adquirir produtos alimentícios por preços compatíveis com seu poder aquisitivo.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Parlamentar que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Delcino Tavares, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a instalação de um Distrito Sanitário para o município de Quedas do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 04.05.87.

(a) WERNER WANDERER.

**JUSTIFICATIVA:**

Considerando que o município de Quedas do Iguaçu tem atualmente um posto de saúde central;

Considerando que também possui vinte e dois mini-postos instalados no interior do Município;

Considerando que o posto de saúde de Quedas do Iguaçu pertence ao Distrito Sanitário de Guarapuava onde a distância é de 180 km.

O vereador, Sr. Alceu Schneider Fausto, preocupado em melhor atender a comunidade, reivindica a instalação do referido distrito sanitário, uma vez que há condições para atender a região, formada pelos municípios de Laranjeiras do Sul, Três Barras, São Jorge do Oeste e Catanduvas.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, sejam oficiadas ao ilustre Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Heinz Georg Herwig, as solicitações abaixo elencadas:

1. Pavimentação asfáltica, ligando a sede do Município ao Bairro de Santo Antônio, pela Estrada Buriti, numa extensão de aproximadamente 15 km.

2. Pavimentação asfáltica ligando a sede do Município à Escola Bom Jesus, divisando com o Município de Terra Boa, pela Estrada Cristalina, numa extensão de aproximadamente 13 km.

Sala das Sessões, em 04.05.87.

(a) NILTON BARBOSA.

**JUSTIFICATIVA:**

As solicitações apresentadas justificam-se pelo fato de que, em referidos trechos, há um trânsito contínuo de veículos

e pessoas que residem nas localidades, inclusive alunos e professores que utilizam diariamente as estradas para chegarem até as escolas, e ainda até a sede do Município, sendo que grandes dificuldades são enfrentadas pelos usuários, principalmente nas épocas de chuvas, em que grandes bacias se formam em todo o leito carroçável das citadas estradas.

Assim, Sr. Secretário, se realizadas as pavimentações ora solicitadas, benefícios vários serão trazidos à população local, que tem realizado diversas reivindicações, com referência ao impasse.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiada ao Senhor Governador do Estado, a solicitação apresentada a seguir:

Ligação do município de Kaloré à Rodovia do Milho, passando, de um lado, pelo Rio Itacolomi, e, de outro, pelo Rio Kaloré, distrito de Jussara, de onde bifurca, até São Pedro do Ivaí, e Rio Ivaí, divisando com o município de São João.

Sala das Sessões, em 04.05.87.

(a) NILTON BARBOSA.

**JUSTIFICATIVA:**

A solicitação apresentada justifica-se pelo fato de que referida rodovia oferece um tráfego precário, durante as épocas em que as chuvas se abatem sobre a região, dificultando em muito o escoamento da produção agrícola.

Tendo em vista tratar-se de uma região eminentemente agrícola, responsável por uma parcela significativa da produção paranaense, a citada rodovia reveste-se de grande importância, pela facilidade que propiciará ao escoamento das safras, evitando-se os grandes prejuízos verificados atualmente, mormente em épocas de chuvas.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiada ao ilustre Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, Sr. Delcino Tavares da Silva, a solicitação alencada a seguir:

Concessão de um gabinete dentário, a ser instalado no Posto de Saúde do município de Alto Piquiri.

Sala das Sessões, em 04.05.87

(a) NILTON BARBOSA

## JUSTIFICATIVA:

O município de Alto Piquiri conta com um posto de saúde, instalado em sua sede, destinado ao atendimento da população carente do mesmo.

Porém, referido posto presta serviços somente na área de atendimento médico, pois que não conta ainda com gabinete dentário, fato que tem suscitado reiteradas solicitações da população, cujas dificuldades de acesso a esse serviço de saúde, são significativamente acentuadas, o que impõe a adoção de medidas urgentes, no sentido de resolver este preocupante problema e propiciar ao povo local, condições de acesso a esse importante benefício.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, sejam oficiadas ao ilustre Secretário de Estado da Educação, Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, as seguintes solicitações:

- Liberação de Recursos para as escolas municipais de Alto Piquiri;

a) - construção de um prédio escolar em alvenaria, em substituição ao velho prédio de madeira do Grupo Escolar Parigot de Souza, localizado na Vila Operária da sede do Município.

- Reparos e reformas nas Escolas:

- a) - Escola Estadual Dona Júlia da Costa - localizada na sede do Município;
- b) - Escola Estadual Manuel Bandeira localizada na sede do Município;
- c) - Escola Estadual Rui Barbosa - localizada no Distrito de Brasilândia;
- d) - Escola Estadual Duque de Caxias - localizada no Distrito de Paulistânia.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1987.

(a) NILTON BARBOSA.

## JUSTIFICATIVA:

O município de Alto Piquiri, assim como o Governo do Estado, tem como meta prioritária de sua administração, propiciar aos estudantes melhores condições de estudos. O Município tem procurado cumprir com suas responsabilidades, principalmente no que diz respeito à educação e formação de seus escolares; prestando assistência inclusive à manutenção e conservação dos prédios escolares pertencentes à rede estadual.

Hoje, como consequência da política econômica desenvolvida pelo Governo Federal, o Município, como todos os outros, não mais tem condições de arcar com o ônus da administração, pois suas receitas têm sido suficientes apenas ao atendimento da

folha de pagamento do funcionalismo, ocorrendo então a falta de verbas para atender outros setores, não menos importantes, da administração municipal.

Assim, as citadas escolas estão a carecer reparos e reformas urgentes; inclusive, necessária se faz a construção de um novo prédio, em alvenaria, para abrigar os estudantes do Grupo Escolar Parigot de Souza, que estão a freqüentar aulas num velho prédio de madeira, que não oferece as mínimas condições de segurança aos seus freqüentadores.

As demais escolas citadas também não oferecem boas condições para a permanência dos alunos.

Diante destes fatos, justificam-se as solicitações apresentadas que, atendidas, irão trazer grande satisfação aos estudantes, assim como a toda a comunidade de Alto Piquiri, que ficarão mais tranqüilos quanto à segurança de seus filhos nas escolas.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, sejam oficiadas ao ilustre Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Heinz Georg Herwig, as solicitações abaixo elencadas:

1. Pavimentação Asfáltica do trecho que dá acesso à COCAMAR, numa extensão aproximada de 3 km;

2. Pavimentação Asfáltica no trecho de acesso à Destilaria Melhoramentos, numa extensão aproximada de 7 km;

3. Pavimentação Asfáltica ligando o Município à Rodovia Maringá/Cianorte, passando pelo Conjunto Habitacional do BNH, numa extensão aproximada de 1,5km;

4. Pavimentação Asfáltica no trecho que dá acesso ao Cemitério Municipal, numa extensão aproximada de 1,5km;

5. Pavimentação Asfáltica no final da Avenida Gastão de Mesquita Filho, ligando-a ao acesso que leva à Destilaria Melhoramentos, numa extensão aproximada de 1,3km.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1987.

(a) NILTON BARBOSA.

## JUSTIFICATIVA:

A solicitação para feitura de pavimentação asfáltica nos vários trechos citados, justifica-se em razão de ser a Região de Jussara eminentemente agrícola, e nas épocas de chuvas, a população rural vê-se prejudicada pela precariedade das estradas, o que em muito dificulta a locomoção das pessoas, e principalmente o escoamento da produção agrícola.

Este fato tem trazido sérios problemas

e grande descontentamento entre os moradores locais, que estão a reivindicar as melhorias necessárias.

O atendimento à presente irá propiciar grande satisfação e, principalmente, a solução dos problemas atualmente enfrentados pela população.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Governador Álvaro Dias dirigindo-lhe veemente apelo no sentido de que sejam reajustados os vencimentos dos servidores públicos estaduais em 20% correspondente à novo disparo do "gatilho", a exemplo da recente providência do Governo Federal em relação aos seus servidores.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1987.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Rafael Greca, que este subscreve, propõe a criação de um Programa Estadual de Informática para servir às centrais de triagem e assistências social da Secretaria de Trabalho e Ação Social do Governo do Estado.

Assim, sugere, envie-se cópia deste requerimento:

Ao Senhor Governador do Estado, Excelentíssimo Senhor Álvaro Fernandes Dias;

Ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Senhor Deputado Rubens Bueno;

Ao Senhor Secretário de Estado do Planejamento, Professor Francisco Magalhães.

Para que ultimem providências necessárias a impedir o sofrimento da parcela mais pobre da população paranaense, quando no fim da vida, ou à procura de socorros médicos, transformada pela burocracia oficial, é condenada pela atual situação à triste condição de Migrante.

A idéia pressupõe:

1. a colocação de um terminal com impressora, em cada central de triagem - ou até em cada prefeitura - das cidades pólo, ligado a uma central de computação junto à Fundação de Ação Social do Paraná (- o substituto do Promopar -), em Curitiba.

2. a submissão deste equipamento a um programa de informática destinado a fazer reservas e selecionar opções de atendimento para os que solicitam a assistência social (a exemplo do que ocorre nas agências de reserva de passagens aéreas).

3. a implantação de uma ação social efetiva, orientando prefeituras e centrais de

triagem, em todos os municípios, e nas cidades-pólo, a fazerem reservas e selecionarem opções de atendimento para os casos de encaminhamento social, destinando e priorizando cada qual de acordo com a necessidade e a urgência, e promovendo a conciliação com os recursos disponíveis, em termos de equipamento médico-hospitalar, serviços de albergagem, transporte, etc. Naturalmente, sempre buscando a otimização do atendimento, como convém a um País pobre como o nosso, e a um Estado afligido como o Paraná.

Assim, um doente, por exemplo, que necessitasse de atendimento num hospital de Curitiba, só receberia passagem para vir à nossa Capital, depois de esgotadas as possibilidades de atendimento municipal e regional, e depois de feita a reserva para estadia por três a cinco dias em estabelecimento da Capital como o Albergue São João Batista, ou a Hospedaria do Migrante, ou o Albergue da Federação Espírita, e ainda, depois de estar confirmada sua consulta e atendimento em hospital da capital.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1987.

(a) RAFAEL GRECA.

#### JUSTIFICATIVA:

Evitar-se-ia assim, este êxodo oficial, estimulado pela política clientelista, que acaba se voltando contra os próprios carentes, e causa imensos transtornos ao Estado e ao bem-estar social da nossa gente.

Sabemos que hoje - conforme dados do governo José Richa - há centrais de triagem e assistência social em Maringá, Londrina, Umuarama, Jacarezinho, Foz do Iguaçu, Cornélio Procopio, Guaíra, Cascavel, Campo Mourão, e unidades regionais em Francisco Beltrão, União da Vitória, Guarapuava e Ponta Grossa.

Sabemos ainda que as pessoas são encaminhadas sempre para a Cidade de Curitiba, onde o antigo CETAS-FROMOPAR nem sempre absorve toda a demanda, havendo desvios de encaminhamentos provocados pela existência na Capital de diversos equipamentos de ação social - como as Casas Legislativas (todos são testemunhas da aflição desta Assembléia com os "migrantes"), ou ainda o DDS - Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura, ou a Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese Católica Romana de Curitiba, ou ainda várias "pastorais" específicas de outras denominações religiosas.

O resultado prático, algumas vezes, é o caso, verídico, porém à beira do caricatural, mas perfeito para denunciar ao que pode levar o assistencialismo irresponsável, do sujeito pego por uma das assistentes sociais do Promopar embarcando na rodoviária, de volta para sua cidade de origem com três pernas mecânicas. Uma no cor-

po, e duas outras - conseguidas na Câmara e na Assembléia - debaixo dos braços, certamente para serem comercializadas depois.

É fato, igualmente, que, nem sempre se faz necessária a vinda até Curitiba, e que são graves os transtornos emocionais e psicológicos que causa a cidade-grande ao homem do campo. Também é fato de que é "mais bonito" o Deputado, ou o Prefeito, mandar trazer para tratamento na "Capital", porque denota atenção maior, quando, tantas vezes, é perdição certa da criatura, quando não de seus acompanhantes.

O programa proposto conduziria a um sistema de informática similar aos existentes nas agências de turismo e companhias aéreas, onde as reservas de lugares, e os tempos de permanência, e ainda os serviços para informação imediata, evitando operações truncadas, e ainda superposição de usuários nos mesmos serviços.

Resta avaliar o quanto se aliviariam os custos sociais do Governo do Estado, e quanto a sociedade organizada ganharia, com a eficiência destes serviços, onde, de acordo com as palavras de Gandhi, "as máquinas ajudariam a atenuar o esforço humano".

Por exemplo final, tome-se o caso de um doente que possa ser medicado na sua região, no seu distrito social, como é o caso das cento e quatro pessoas que, entre dezembro de 1983 e maio de 1984, estiveram no Albergue São João Batista, vindas de Atalaia, oito; Boa Vista, uma; Cruzeiro do Sul, uma; Doutor Camargo, doze; Itambé, uma; Maringá, sessenta; Marialva, quatro; Mandaguaçu, quatro; Nova Esperança, oito; Paranapanema, duas; e Paranacity três. Quem não garante que elas teriam assistência e recurso na sua própria região? Não é melhor, mais humano e mais decente, o Estado proporcionar ao cidadão o atendimento de suas necessidades o mais próximo possível da moradia, ao invés de submetê-lo, ainda mais quando doente e debilitado, oprimido pela pobreza, a uma "migração" oficial, que, se um telefonema já resolveria - contatando vaga nos hospitais por exemplo - um sistema de informática a serviço da assistência social, com a triagem correta, evitaria.

Nossa idéia não é trivial, mas é viável. E, temos certeza, é dever de mandato, supra-partidariamente, a todos os que amamos no Paraná, e os seres humanos indistintamente, propô-la, com coragem, como desafio deste tempo nada trivial ao Governador e ao seu governo.

A justificativa desta proposição está no contínuo ir e vir de caminheiros entre suas cidades e campos de origem e os equipamentos sociais das grandes cidades do Paraná.

Na idéia de proporcionar orientação eficiente e segura aqueles que: "... Não têm aonde reclinar a sua cabeça ...", conforme evangelho de Cristo. Também reside a justificativa na idéia de uma sociedade mais justa, mais simétrica, obrigação de todos os paranaenses empenhados com a construção do Brasil que pode ser.

A justificativa está, sobretudo, na obrigação de colocarmos as máquinas e a tecnologia servindo a paz social. Como preconizou Mohandas Ghandi: "(...) Para serem bem usadas, as máquinas têm que ajudar a atenuar o esforço humano. O uso atual das máquinas, tende, mais a mais, a concentrar a riqueza nas mãos de uns poucos, em total menosprezo a milhões de homens e mulheres cujo pão lhes é arrebatado da boca (...)". (Conforme citação de Navajivan Trust, colhida por Sir Richard Athenborough, traduzida por Pinheiro Lemos, e publicada no Brasil, nesta década, pela Editora Record).

#### Descentralização e serviço social:

Esta proposição estaria dentro da política de descentralização já celebrada na mídia pela CELEPAR, permitiria que a nova Secretaria de Ação Social estresse com um projeto eficiente e de impacto. Permitiria que a Informática fosse colocada a serviço dos mais pobres, não servindo apenas para arrecadar tributos, cobrar taxas, contabilizar grandes cifras, administrar a política de pessoal e de pagamentos deste "Leviatã" que é o Estado moderno, mas, sobretudo construir um novo tempo.

Há que se otimizar e operacionalizar a eficiência para uma rede de ação social hoje às vésperas de um colapso, vivendo da caridade, oprimida por verbas irrisórias, por contas altíssimas de água e luz, e por custos sociais elevados.

Todos os custos ficam pequenos quando o objetivo é a grande medida da humanidade.

É reconciliar com a ação social do Estado e do poder o grande número "de homens e mulheres privados de beliscar sua fatia no grande pão da vida" (cr. Brecht). Todos os custos ficam pequenos quando o Governo passa a se capacitar para cumprir a antiga sentença de boa nova: "A ninguém despedireis de mãos vazias ..."

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado de Política Habitacional Dr. Odeni Villaza Mongruel, no sentido de

viabilizar a construção de vinte casas sob o regime de mutirão no Distrito Nossa Senhora da Candelária, através de convênio com a Prefeitura Municipal de Bandeirantes, tendo em vista a necessidade de se abrigar famílias carentes daquele Distrito e a certeza do interesse em referido projeto do Prefeito Municipal, Professor João do Carmo Santiago, que verbalmente demonstrou a esse Parlamentar a sua intenção de elaborá-lo, cujo benefício tem fins sociais para aquela comunidade.

Do presente, REQUER, dê-se conhecimento à Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1987.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, no sentido de anexar cópia do ofício expedido ao Senhor Diretor do Detran, solicitando que o Posto de Serviço de Trânsito do município de Bocaiúva do Sul seja desvinculado do município de Rio Branco do Sul e vinculado a Curitiba.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1987.

(a) QUELSE CRISÓSTOMO.

#### JUSTIFICATIVA:

O Deputado que o presente assina, vem recebendo pedidos de líderes políticos e representantes de classe do Município de Bocaiúva do Sul, solicitando que o Posto de Serviço de Trânsito do Município seja desvinculado do município de Rio Branco do Sul.

Tal reivindicação vincula-se ao fato do município de Bocaiúva do Sul distar 29 quilômetros de Curitiba e 59 quilômetros de Rio Branco do Sul e que além da distância mencionada, para dirigir-se a Rio Branco do Sul, torna-se necessário passar por Curitiba, quando seria prático e econômico resolver os assuntos diretamente nesta Capital.

Na certeza de contar com o apoio dos nobres Deputados, na aprovação do presente requerimento, seja dado ciência do mesmo ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Presidente da Câmara e demais Vereadores.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, Heinz Georg Herwig e ao Diretor de Estradas de Rodagem, Antônio José Correia Ribas, providências para o recapeamento da estrada que permite acesso ao Seminário

Diocesano da Assunção em Jacarezinho.

Pede ainda envio do presente expediente ao Pe. Miguel Schaff - Seminário Diocesano da Assunção, em Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1987.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI.

#### JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um acesso anteriormente asfaltado pelo Departamento de Estradas de Rodagem, servindo da Rodovia Principal, BR-153, até o Seminário, encontrando-se atualmente em péssimo estado de conservação.

O Seminário Diocesano da Assunção vem prestando relevantes serviços à comunidade regional com seu elevado nível de ensino, preparando não somente alunos para a vida eclesial, como também para outras áreas profissionalizantes.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Senhor Secretário de Estado dos Esportes, Edson Gracia, encarecendo a reconstrução do piso da quadra de esportes e iluminação do Ginário Carliário Gomes dos Santos, localizado no município de Santa Amélia.

Pede ainda, envio do presente expediente ao Sr. Diretor de Ensino daquele estabelecimento educativo.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1987.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI.

#### JUSTIFICATIVA:

Numa manifestação conjunta de estudantes e alunos o presente requerimento visa conseguir recursos para a construção do piso da quadra bem como iluminação que na época foi mal executado.

Nos dias de hoje, o estado em que se encontra o piso da cancha e a falta de iluminação não tem permitido a prática de educação física de modo satisfatório, constituindo-se, assim, em sério problema a ser resolvido.

Esperamos que num menor espaço de tempo possível essa Secretaria determine que seja revitalizado totalmente o piso da quadra esportiva daquele tradicional estabelecimento de ensino de Santa Amélia.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, que seja enviado aos Excelentíssimos Senhores: Dr. Luiz Carlos Jorge Hauhy, Digníssimo Secretário de Estado das Finanças e ao Dr. Luiz Carlos Bresser Pereira, Digníssimo Ministro da Fazenda, para que sensibilizem e envidem esforços e estudos com objetivo da

redução da carga tributária, para o mercado da carne bovina, no Estado do Paraná.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Excelentíssimo Presidente do Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados do Paraná, Digníssimo Senhor Luiz Carlos Setim.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1987.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

#### JUSTIFICATIVA:

A carga tributária na comercialização da carne bovina, vem inviabilizando o setor, de sorte a prejudicar e colocar em risco de fechar mesmo aquelas mais tradicionais e persistentes empresas do ramo.

Temos verificado que a indústria da carne e derivados sente as dificuldades que lhe impõe o governo, ao taxar impostos altos com objetivo de sanear seus déficits (do Governo), e evidentemente com isto, atinge nestas medidas toda a sociedade.

Os custos tributários chegam no geral, para a compra do boi vivo em torno de 16,2%, entre ICM = 12%; FUNRURAL, 2,5%; Taxa de sangria 0,8%; frete para apanhar o boi = 1,5% e outros. Enquanto que para a venda, após processado, para o mercado atacadista, acresce-se ainda cerca de 4,71% de impostos. (ICM=2,16%; PIS=0,75%; FINSOCIAL=0,5% e custo de frete=1,3%). No final das contas, quase tudo, transforma-se em despesas com impostos, havendo um lucro de pouco mais de seis cruzados, por cabeça abatida. Há ainda, para serem pagos, os custos de mão-de-obra e seus encargos, os custos de produção e os custos administrativos.

Se não houver medidas do Governo Estadual em reduzir a carga tributária para o setor, as condições, que já não são favoráveis, levarão sem dúvida ao caos os frigoríficos deste Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Diretor-Presidente da Empresa de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR - solicitando sejam tomadas as providências imediatas para sanar as irregularidades nos aparelhos telefônicos do Distrito Nossa Senhora da Candelária, no Município de Bandeirantes, tendo em vista as interferências nas ligações realizadas naquele local.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1987.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

#### JUSTIFICATIVA:

Referido pedido se faz em função das reclamações efetuadas pelos usuários, as quais foram feitas a esse Parlamentar

através do nobre Vereador José Elias do Carmo que representa aquele Distrito junto a quem de direito.

Do presente, REQUER, se dê conhecimento ao Vereador acima mencionado, ao Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores de Bandeirantes.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Governador do Estado do Paraná, Sr. Álvaro Fernandes Dias, e ao Diretor-Presidente da Empresa de Telecomunicações do Paraná S/A - Telepar - visando a instalação de postos de serviços telefônicos nos bairros do Juca Batista, Cabiúna, Ribeirão dos Índios, Ormenezi e Jacutinga localizados na zona rural do município de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1987.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

#### JUSTIFICATIVA:

Referida solicitação se faz em função de nos locais mencionados existirem grande população, escolas, campos de futebol, igrejas, etc., facilitando dessa forma a comunicação dos habitantes ali existentes, em suas atividades diárias, evitando com isso transtornos ora existentes.

REQUER também, que do presente se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores de Bandeirantes.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Rubens Bueno, Digníssimo Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando auxílio financeiro para a creche Criança Feliz, na Vila Guarujá, cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1987.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

A referida creche presta relevantes serviços de atendimento à comunidade local, notadamente à população carente. Por este motivo, necessita de auxílio financeiro.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Professor Belmiro Valverde Jobim



Castor, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando duzentas carteiras escolares com cadeiras para a Escola Estadual Palmital - Ensino de Primeiro Grau.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1987.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

**JUSTIFICATIVA:**

A Escola Estadual Palmital, quando de sua fundação, recebeu carteiras escolares usadas, em deplorável condição de uso. Hoje a escola não dispõe de carteiras escolares para atender aos alunos, sendo forçada a recorrer aos bancos da igreja local, numa situação desconcertante para a direção.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Álvaro Fernandes Dias, e ao Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná, solicitando informações a respeito do estágio do cumprimento das formalidades legais a respeito da construção da nova agência do Banestado na Cidade de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1987.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

**JUSTIFICATIVA:**

Referida solicitação se faz em função da aquisição do terreno em local privilegiado na Cidade, o qual se encontra em estado calamitoso, pois após a demolição do prédio que ali existia, não se efetuou mais nada no local, ficando o mesmo em estado de abandono, deixando a população vizinha em estado de preocupação e alerta quanto a fatos negativos que possam ocorrer.

Do presente, REQUER se dê conhecimento através de cópias, ao ilustre Prefeito Municipal, à Câmara de Vereadores, Presidente do Diretório Municipal do PMDB, Associação Comercial e Agência do Banestado, todos de Bandeirantes.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná da Proposta Documento das Lideranças da Região Sul, elaborado pelas lideranças indígenas da Região Sul.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1987.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA.

**Projetos de Lei:**

PROJETO DE LEI N. 055/87

**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

**DECRETA:**

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no município de São João.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1987.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA.

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância-APMI, foi fundada em 24 de outubro de 1977, e vem prestando relevantes serviços gratuitos à comunidade, dentro das suas atribuições estatutárias, que tem por finalidade a proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, o bem-estar e às necessidades da criança e da gestante. A documentação que instrui o presente projeto, está de acordo com a Lei n. 6.994, de 10.01.1978.

**PROJETO DE LEI N. 056/87**

**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

**DECRETA:**

Art. 1.º - Fica instituída a loteria esportiva do Estado do Paraná.

Art. 2.º - Entrarão no teste somente clubes paranaenses da primeira e segunda divisão, taça Paraná e juniores.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1987.

(a) FERRARI JÚNIOR.

**PROJETO DE LEI N. 057/87**

**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

**DECRETA:**

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Beneficente São Francisco de Assis, com sede no Município de Boa Vista da Aparecida e foro no Município de Cascavel.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1987.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

**JUSTIFICATIVA:**

O presente Plano de Lei tem por escopo declarar de utilidade pública a Sociedade Beneficente São Francisco de Assis de Boa Vista da Aparecida. Fundada em 26 de junho de 1985, com suas atividades em perfeito andamento, conforme comprova a documentação anexa, procurando dar toda a assistência necessária, contando com o apoio incondicional de toda a comunidade do Muni-



cípio. Sempre desenvolvendo trabalho voltado para o bem comum e, principalmente na tentativa de solucionar no local o problema com os carentes daquele Município.

A entidade está devidamente registrada sob n. 808, no Livro A de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos, de 22 de julho de 1985, da Comarca de Cascavel.

Seu estatuto por si só traduz a elevada significância social da entidade, pois define como seus objetivos específicos medidas que visem assegurar atendimento aos carentes, bem como seu ajustamento à sociedade.

As razões aqui explicitadas nos convencem da oportunidade do presente Plano de Lei, inclusive a perfeição da documentação no cumprimento do disposto pela Lei n. 6.994/78, é que esperamos o apoio e consequente aprovação dos nobres Pares, ao Projeto de epígrafe.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, para consignar com anuência de Vossa Excelência e do Plenário, votos de congratulações e aplausos desta Casa, às Taquígrafas e Taquígrafos. Ontem, três de maio, foi o "Dia do Taquígrafo" e, como nós temos uma equipe extraordinária que presta relevantes e extraordinários serviços a todos nós Parlamentares e a esta Casa de Leis, é importante, Sr. Presidente, que se louve esse trabalho abnegado de muito amor, de muita dedicação que, em especial, os Taquígrafos da nossa Assembléia Legislativa têm prestado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência mandará constar em Ata e se associa aos votos, lembrados por Vossa Excelência.

Não havendo Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No primeiro balanço desta semana, gostaria de comentar a que passou, como todo trabalhador, especialmente o agricultor quando conclui uma etapa, levanta-se e olha para trás para ver o rastro que ficou.

Da mesma forma, como Parlamentar nesta Casa, vou comentar e chamar a atenção ao nosso trabalho na semana passada. Creio que durante a mesma, quando se discutiu, talvez, o assunto sobre o Projeto mais importante de todo o ano legislativo, quando discutimos e votamos o Projeto da Reforma Administrativa. Esta que já foi dita por nós aqui nesta Casa, muitas e muitas vezes, que se faz tão necessária, e que con-

tou com o apoio deste Parlamentar, nas suas partes tocantes e justas e que dizem respeito àquilo que tem conteúdo profundo e que teve os nossos protestos, questionamentos nas soluções que deixaram dúvidas ou que estavam esclarecidas, mas não serviam aos interesses dos paranaenses.

Mas, gostaria de chamar a atenção para aquilo que eu ouço semanalmente. Muitos Parlamentares comentarem, dizendo assim: "o Legislativo paranaense está se tornando desmoralizado."

E queria, com muita tristeza dizer que, realmente, quem está tornando decepcionante o Poder Legislativo do Paraná, somos nós mesmos, os Parlamentares que compõem esta Casa.

Quando um Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo passa por esta Casa e grande parte dos Parlamentares não querem abrir a discussão sincera, profunda do mesmo e não querem acatar nem a discussão e nem a aprovação das emendas, que certamente enriqueceriam esse Projeto. Quando acontece isso, como ocorreu quinta-feira, lamentavelmente, temos que dizer que o Poder Legislativo - ele próprio - é que está se tornando cada vez mais desmoralizado.

Por isso, mais uma vez, gostaria de chamar a atenção para que nós, Parlamentares desta Casa, tendo um compromisso político em fazer com que esta Casa de Leis seja realmente um Poder Constituído, eleito pelo povo e como seu representante, que tenha independência, autonomia com relação a um outro Poder, paralelo ao nosso, que é o Poder Executivo.

E o que aconteceu na última quinta-feira? O Poder Legislativo está a "toque de caixa", atendendo a cartilha do Executivo, o que realmente vem mais uma vez provar que esta Casa de Leis não tem pernas e nem cabeça.

Muito obrigado e até uma próxima oportunidade. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs.

Deputados. Faço, aqui desta tribuna, o meu protesto em relação ao episódio verificado na última quinta-feira nesta Casa. E digo que me sinto bastante entristecido em função da maneira como a Bancada da Situação agiu, não permitindo que fossem discutidas as emendas de todos os Parlamentares, independente de serem da Oposição ou da Situação. Aliás, a Oposição deu uma demonstração de democracia, e de, realmente, estar fazendo uma Oposição responsável; se assim não fosse, não teriam quatro ou cinco Parlamentares da Oposição subido a esta tribuna discutido e de-

monstrado o valor, a importância da emenda, apresentada pelo Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Era naquele mesmo sentido que a Oposição tinha interesse de usar seu espaço, que por direito lhe dá o Regimento Interno desta Casa. Com a mesma maneira, formação e responsabilidade, trazer ao Plenário desta Casa, ao conhecimento dos Deputados que estudaram a Mensagem, se preocuparam com a Reforma Administrativa, com a vontade que cada um tinha de mostrar o seu serviço a esta Casa e ao povo do Paraná. Era apenas esta a vontade que tinham os Parlamentares da Oposição.

Lamentavelmente, o rolo compressor desta Casa passou por cima de tudo isto. Ignorou-se um Regimento existente dentro desta Casa, que não foi respeitado, o que lamentamos profundamente. Queremos crer, inclusive, que muitos Parlamentares da Bancada da Situação, agiram até mesmo contra suas próprias consciências, sabendo que não era direito o que se fazia nesta Casa na última quinta-feira, não permitindo às minorias - e o PMDB sempre os defendeu - deu uma demonstração negativa, quando não permitiu a estas minorias que pudessem usar esta tribuna e falar das suas emendas, da importância que elas tinham nesta Reforma Administrativa.

Fica, portanto, aqui o nosso questionamento, o lamento e o protesto. Tenho certeza até que hoje a Bancada da Situação, não com trinta e sete, mas com trinta e nove Deputados, e com três Líderes, há de reparar este erro. Amanhã, ou depois, muitos dos Senhores Deputados irão sentir na própria pele o que foi a não permissão dada à Oposição de discutir, de alertar, de informar a esta Casa sobre a importância que havia em se discutir esta matéria.

Lamento, profundamente, e deixo aqui o meu protesto dizendo que a própria imprensa registra de que a Bancada da Situação, nesta Casa, deixa-se dominar pelo Poder Central do PMDB.

A Bancada, com trinta e sete Deputados, acrescida de mais dois de outro Partido, nesta Casa, deixa-se dominar por uma ordem que veio do Palácio Iguaçu, e o próprio jornal "O Estado do Paraná", mostra um bilhete em que o nobre Deputado Caíto Quintana, apresentava aos seus demais companheiros, para que atendessem, votando de acordo com a orientação dada pelo Palácio Iguaçu.

Parece que, nesta Casa, na Bancada da Situação, ninguém é dono da sua palavra ou da sua posição, atende-se a um chamado, a uma ordem lá de cima!

Fica aqui, Sr. Presidente, o nosso protesto!

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Apenas para que conste nos Anais desta Casa, que continuamos a luta em defesa da "Rodovia da Produção", é com alegria que queremos fazer a leitura do Decreto Presidencial concedendo à VALEC, a construção da Ferrovia, no trecho Guarapuava - Guaíra.

Na íntegra, Sr. Presidente, para que esta Casa registre e possamos continuar a nossa cobrança, em nome do Estado do Paraná. (Lê):

DECRETO N. de de 1987.

Outorga concessão à VALEC - Engenharia e Construções Limitada, para construção, uso e gozo de uma estrada de ferro ligando a região de Guarapuava até Guaíra, no Estado do Paraná, estendendo-se até a região de Miranda, no Estado do Mato Grosso do Sul, incluindo a construção de variantes na malha ferroviária do Paraná entre Guarapuava e Paranaguá, nos termos das Cláusulas do Contrato a ser celebrado entre o Ministério dos Transportes e aquela Empresa.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o Artigo 81, item III, combinado com o artigo 8.º, item XV, alínea D, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional n. 1, de 17 de outubro de 1969,

DECRETA:

Art. 1.º - Fica outorgada à VALEC - Engenharia e Construções Limitada, empresa brasileira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, concessão da construção, uso e gozo:

a). De uma estrada de ferro, na direção geral leste - noroeste, estendendo a malha ferroviária do Estado do Paraná, a partir das proximidades de Guarapuava até Guaíra, passando próxima à cidade de Cascavel, com prosseguimento até a região de Miranda, passando na região de Dourados, no Estado do Mato Grosso do Sul. Destinam-se esta ferrovia a oferecer transporte eficiente e de baixo custo, adequado ao escoamento da produção agrícola até as instalações do complexo portuário de Paranaguá, no Estado do Paraná, e ao trânsito de outros produtos de natureza agropecuária, energética, mineral e industrial.

b). Das variantes ferroviárias que se fizerem necessárias entre o terminal marítimo de Paranaguá e Guarapuava, todas no Estado do Paraná. Destinam-se estas variantes a adequar a capacidade dos trechos

existentes às cargas atraídas pela nova ferrovia, na direção do porto de Paranaquá.

c). Dos ramais que forem necessários para que a referida estrada atenda aos seus objetivos.

Art. 2.º - Esta concessão é outorgada nos termos das cláusulas constantes do contrato a ser firmado entre o Ministério dos Transportes e a Empresa VALEC - Engenharia e Construções Limitada.

Art. 3.º - A concessão ora outorgada poderá ser transferida para uma nova empresa, inclusive de caráter privado, que poderá contar com a participação do Governo do Estado do Paraná, em seqüência a negociações hoje em curso, com este objetivo. Neste sentido, seria oportunamente encaminhada, pela VALEC, exposição de motivos pertinente ao Senhor Presidente da República.

Art. 4.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, de abril de 1987;

166.º da Independência e

99.º da República.

(a) JOSÉ SARNEY

José Reinaldo Carneiro Tavares"

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O objetivo da leitura deste Decreto é para que os Anais desta Assembléia Legislativa, Casa de ressonância do povo paranaense, registre o Decreto Presidencial, porque a Assembléia do Estado do Paraná, fazendo eco às reivindicações do Governador Álvaro Dias, e da Comissão instalada para trabalhar no sentido da construção da "Ferrovia da Produção", continuará cobrando com o dinamismo que lhe é peculiar, a imediata apresentação do plano para a construção da "Ferrovia da Produção", lenitivo maior de qualquer Governo, interesse maior de qualquer povo.

Mais do que nunca, se faz presente a disposição política do Governo do Estado do Paraná, em partirmos efetivamente para a construção da "Ferrovia da Produção". E, no dia de hoje, com a leitura deste Decreto, queremos ter a certeza de que, a partir de agora, a "Ferrovia da Produção" sai dos planos de prioridade para entrar, definitivamente, na sua construção prática, que é o que o Paraná precisa e é o que o Brasil espera.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Declino, Sr. Pre-

sidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rafael Greca. - (Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulino José Delazeri. (Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Algaci Túlio. (Declina).

Havendo declinado, e não havendo mais oradores inscritos, passamos ao Horário das Lideranças e consulto a Liderança do Partido Democrático Social, se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulto o Partido da Frente Liberal.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Apenas para fazer um registro, quando fizeram consignar nos trabalhos desta Casa, na sessão de hoje, representantes do Partido da Oposição e a Bancada da Frente Liberal também deseja, Sr. Presidente, deixar registrado na Ata dos trabalhos desta sessão, o seu descontentamento, o seu protesto mais veemente pela forma com que os trabalhos foram conduzidos nesta Casa, por solicitação e decisão da bancada Governista durante a sessão de discussão e aprovação da Mensagem n. 32/87, aprovada em Segunda Discussão, nesta Casa.

A Bancada da Frente Liberal, a exemplo dos Partidos da Oposição nesta Casa, que já aqui se manifestaram também, não aceita o cerceamento, o tolhimento de que as oposições discutissem as 56 ou 57 emendas apresentadas nesta Casa, sobre o Projeto de Lei n. 32/87, de iniciativa do Sr. Governador, que objetiva a Reforma Administrativa no Governo do Estado.

Das emendas apresentadas, este Deputado subscreveu algumas e nenhuma delas eu me lembro majorava ou aumentava a despesa do Erário Público.

Ao contrário, as emendas que apresentamos tinham o objetivo de impedir, Sr. Presidente, a criação de tantos cargos, especialmente de Secretários de Estado, de assessores especiais da Governadoria.

Era intenção também, através de emenda deste Deputado e da nossa Bancada, extinguir o Escritório de Representação no Estado do Rio de Janeiro, que ocupa manchetes nos principais jornais do Brasil.

Pretendíamos, Sr. Presidente, através das nossas emendas, como também das emendas dos outros parlamentares de outras bancadas, adequar melhor e introduzir alguma coisa para aperfeiçoar a Reforma no projeto, pois, segundo anuncia o Sr. Governador, esta Reforma pretende agilizar a

máquina do serviço público estadual e modernizá-la.

E, Sr. Presidente, Srs. Deputados, reiteramos aqui o que pensamos dela: não agiliza, não dinamiza, e muito pior, não economiza coisa nenhuma!

Não há um artigo da proposta do Sr. Governador do Estado, na Mensagem n. 32/87, que faça menção aos altos cargos pagos no Estado, especialmente aos famosos "marajás" que se criam, agora, nos Estados de todo o Brasil!

Não há nenhum artigo na proposta do Sr. Governador que limite, que cerceie a admissão de novos funcionários públicos, a exemplo do que ocorreu no Governo anterior, e esta Casa só viu a folha de pagamento subir a cada dia, chegando ao término do Governo do Sr. José Richa, a equilibrar-se e equiparar-se à receita do Estado.

Portanto, Srs. Deputados, se o que assusta o Sr. Governador é o dispêndio com a folha de pagamento, em virtude do emprego implantado neste Estado, não há na Reforma - não vi, em nenhum artigo -, que o Sr. Governador possa, de forma efetiva, impedir que altos salários continuem sendo pagos, e sustando que as administrações do Estado corram à solta, a exemplo do governo anterior.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Consulto a Liderança do PL, se fará uso do seu tempo.

Com a palavra, o Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

A fim de que não parem dúvidas, quero, em primeiro lugar, situar a posição do Partido Liberal, quanto à Reforma Administrativa.

Víamos a iniciativa do Governo Álvaro Dias, ao ser anunciado este procedimento, como um meio que poderia ser um passo importante na conquista de uma máquina de Governo capaz de, realmente, atender seus objetivos.

Porém, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com o passar dos dias, verificamos algumas denúncias que foram apresentadas desta tribuna, como também, pela própria imprensa, que nos preocupam seriamente.

Isto porque, está sendo usada a Reforma Administrativa, como um pano de fundo para que sejam tomadas algumas medidas que são condenáveis, dentro do aspecto social, e também, no que diz respeito ao reconhecimento dos valores maiores, daqueles que vêm prestando relevantes serviços à nossa comunidade, ou melhor, à nossa coletividade.

de.

Acreditamos que, embora antipáticas, as medidas moralizadoras devem fazer parte de um conjunto de justiça que todos nós aplaudimos. Porém, jamais podemos aceitar, que em nome da Reforma Administrativa, sejam praticadas ações capazes de comprometer as liberdades democráticas.

Enquanto, teoricamente, discute-se e vota-se nesta Casa a Reforma Administrativa, lá fora, em nome dela, já se praticam atos não bem esclarecidos, e tampouco aceitáveis, quando se refere às demissões sem critério, diariamente denunciadas. Quase todas ocorreram sob o manto da obscuridade, da incerteza, desculpando-se numa Reforma Administrativa, que nem sequer saiu desta Casa, para a sanção governamental.

O PL quer, apoiando medidas moralizadoras, objetivas do Governo Álvaro Dias, pedir paciência aos apressados responsáveis pelas demissões que já estão ocorrendo. Que se verifiquem os critérios para este tipo de ação. Que se apaciente a fama de vingança político-partidária, que não se justifica, quando se trata de um profissional que desfalcará os quadros de organismos estaduais.

Não queremos expurgos, como está acontecendo. Queremos demissões, desde que sejam justas, que sirvam à intenção de uma Reforma Administrativa adequada aos interesses do Estado, e não de uma política partidária.

Mas, retornando ao assunto Reforma Administrativa, em trâmite nesta Casa, surpreendeu a todos nós, inclusive aos companheiros do próprio PMDB.

Uma Reforma, simples e objetiva, que encontrou as Comissões Técnicas da Casa e o próprio Plenário dispostos a torpedear a maioria das emendas apresentadas ao Projeto da Reforma Administrativa, com a alegação pura e simples de inconstitucionalidade, sem uma explicação adequada e individualizada sobre as verdadeiras razões encontradas nos Pareceres dos seus Relatores, não nos convence.

A imposição da vontade da Maioria, ao arrepio das normas regimentais, não se justifica.

Além do mais, fica a impressão de que, no termo pejorativo, tão usado pela imprensa, de "a toque de caixa", se pretende apressar ao governo um instrumento que exige estudo e discussões mais acuradas, para evitar distorções capazes de instrumentalizar injustiças ou gerar fatos prejudiciais ao Estado, num futuro não muito distante.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este Plenário tem aprovado emendas e até projetos, cuja constitucionalidade foi posta em dúvida, mas, nem por isso, deixaram de ser

sancionadas pelo próprio Executivo. É claro que dentro das limitações que sofre o Parlamento, sem condições de decidir em questões financeiras do Governo, temos que nos submeter ao crivo de determinadas situações, porém jamais aceitaremos que pura e simplesmente se alegue inconstitucionalidade, quando o autor das emendas e aqueles que as apoiaram, deixam de merecer por parte de quem pretende relatar com segurança as razões que identificam tal inconstitucionalidade. Não será na leitura pura e simples de artigos e itens que poderemos avaliar ou contra-arrazoar os argumentos apresentados, já que se observa o interesse do Partido do Governo em apressar o andamento deste Projeto nesta Casa.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero repetir desta tribuna, a posição que o PL já identificou quanto à Reforma Administrativa em si. Vemos a iniciativa do Governo Álvaro Dias, na conquista deste instrumento, como um meio para permitir um Governo conforme os seus propósitos.

Não podemos porém concordar, que a toque de caixa, repito, tentem conquistar o aval desta Assembléia, principalmente, com a alegação pura e simples da inconstitucionalidade para a maioria das suas emendas. Tudo aquilo que se mostra obscuro, gera desconfiança. Não quero participar deste clima, e em nome do Partido Liberal, manifesto o descontentamento com os Pareceres recebidos na maioria das emendas e o cerceamento ocorrido na votação, em segunda Discussão, de quinta-feira.

Temo pela contrariedade que possa manifestar a determinadas situações, justamente por não conhecer por inteiro o teor, todas as razões dos Pareceres desfavoráveis, comportamento que tenho impressão deve ser o mesmo de muitos outros colegas. Apelo, finalmente, ao bom senso, no sentido de que não nos façam engolir aquilo que pretendemos aprovar quando for justo, e rejeitar quando não compatibilizar com os reais interesses da comunidade paranaense.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Consulta à Liderança do PTB, se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulta à Liderança do Partido Democrático Trabalhista.

Com a palavra, o Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, demais integrantes desta Casa de Leis.

Inicialmente, gostaríamos de manifestar, também, o nosso voto de protesto com relação à determinação da Mesa desta Casa,

quanto à aprovação do requerimento emanado do Deputado Caíto Quintana, que tirou o direito dos Deputados discutirem as emendas apresentadas à Mensagem n. 32/87.

Mas, Senhores Deputados, sempre que um novo Governo assume as rédeas de uma administração, nele há que se confiar; um crédito nesse sentido é necessário e indispensável. O problema é quando ele termina; quando isso acontece vêm à tona fatos que seriam cômicos, se trágicos não fossem.

Para citar alguns, dentre os muitos que ocorrem neste País, citaremos o que ocorreu na Bahia, quando o Governador Valdir Pires, nos seus primeiros dias de trabalho. Constatou que os veículos com pneus novos, peças e equipamentos de escritório adquiridos recentemente, haviam simplesmente desaparecido. O Secretário da Fazenda do Rio Grande do Norte, mal tomou posse no cargo e recebeu uma cobrança de Cz\$ 15 milhões do UNIBANCO, dívida em cuja garantia foi dada toda a receita do ICM daquele Estado. Em Minas, o Governador Newton Cardoso, do PMDB, ameaçou desapropriar a Fiat caso não fosse cancelada a transação feita pelo Governo anterior, também do PMDB, que trocou a participação acionária do Governo na montadora, por ações na indústria de autopeças na Fiat. Em Alagoas, não bastasse os escândalos dos "Marajás" e seus fabulosos salários, surgiu a execução das dívidas dos usineiros, que devem ao Estado nada mais nada menos, do que 140 milhões de dólares o que representa, em síntese, toda a arrecadação do ICM daquele Estado.

O Secretário de Auditoria do Tribunal de Contas da União, já fez levantamento de quarenta e nove órgãos públicos, na maioria estaduais, e constatou irregularidades só quanto à remuneração indireta proibida pelo Governo, no valor de Cz\$ 2 trilhões e 400 bilhões.

Os principais problemas foram encontrados no Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Meridional, ELETRONORTE, COBAL, INCRA, SIDERBRÁS, TELEBRÁS e tantas outras estaduais deste País.

E isso não vai longe, Senhores Deputados. O apetite, e fome pela corrupção também não é de hoje, data de muito tempo, e continua pelo tempo a adentrar a Nova e a seguir a Velha República. Para citar alguns dos casos mais recentes, escrito no livro "A Fantástica Corrupção no Brasil", de Mário Barros Júnior, editado em 1983, denunciou-se o espantoso consumo de carne no Governo do Espírito Santo. Denunciou-se também que um carro oficial gastou, nada mais nada menos, do que três mil e quinhentos litros de gasolina, o que daria para rodar 1.000 km, por dia.

Casos estranhos, Senhores Deputados, vêm ocorrendo neste Brasil, agora na Nova

República, com a sucessão da Velha República. Recentemente, a visita do Presidente de Portugal, o seu jantar, oferecido no Estado do Maranhão, não pôde ser realizado porque haviam sido roubados todos os talheres daqueles locais.

E o BNH, Senhores Deputados? O falecido BNH - vejam para onde foi o nosso dinheiro, em cujo prédio existe uma fachada de 14.000 m<sup>2</sup> revestida de cristal, bronze importado, além de 1.200 de salas presidenciais revestidas com pele de carneiro e centenas de quadros de artistas contemporâneos.

E por se falar em obras de arte, o nosso pobre Banco Central tem 4.410 obras, entre elas, obras de Portinari, Di Cavalcanti, etc.

Para não nos alongarmos demais, já que o nosso espaço de tempo é limitado, salientaremos que só o piso do "hall" de entrada da Caixa Econômica do Rio de Janeiro daria para financiar oitocentas casas populares. Esta obra, recentemente construída demonstra a beleza da fantasia, da mordomia e da corrupção nos órgãos do Governo Federal.

O que vemos, portanto, é uma total irresponsabilidade no trato das coisas públicas, uma ostentação incompatível com a nossa miséria interna e externa, um desperdício gritante, uma incrível malversação do dinheiro do povo, que paga impostos, todos os dias aumentados por atos do Governo Federal. Uma corrupção que nos acompanha desde os tempos de Pedro Álvares Cabral.

Façamos promessas, Senhores Deputados. Rezemos, imploremos a Deus, que dizem que é brasileiro, para que tudo não volte a se repetir, para que não aconteça o que estamos vendo hoje, pois, estamos dando - com muito sacrifício - um crédito de confiança, mais uma vez. Entretanto, Senhores Deputados, não esqueçamos, todos nós, governantes e governados, "a vaca é generosa e mansa" - os úberes são grandes e o leite é abundante; um dia porém ela se cansa, se exaure, o úbere encolhe e o leite seca, e "a vaca vai para o brejo" carregando a todos nós.

Aí vai o lembrete a governantes e governados, a empresários e empregados, a trabalhadores e parasitas: esse País, carente de vergonha, tem um poder de recuperação imenso. Imenso, porém, não quer dizer eterno.

É isso, Senhores Deputados, Senhor Presidente, a nossa mensagem de hoje, que nós encontramos inserido na edição da "Bússola", no mês de abril de 1984.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Con-

sulto à Liderança do PT se fará uso do seu tempo. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Hoje, gostaria de comentar aqui uma data importante que passou despercebida no meio de nós: é o tão falado centésimo primeiro ano de criação do 1.º de Maio, o "Dia do Trabalhador". (Lê):

"Hoje, véspera do "Dia do Trabalhador", quero, desta tribuna, falar da grande maioria da população brasileira, os trabalhadores.

Não será um discurso para elogiar a dedicação, o esforço, a obediência, a humildade e o trabalho de 54 milhões de homens, mulheres e crianças brasileiras que consomem diariamente para produzir a riqueza de uns poucos.

Não será um discurso para enaltecer o valor de uma ou outra categoria, pois, todos os que vendem sua Força de Trabalho para sobreviver são iguais, quer estejam na cidade, na roça, no banco, na fábrica, no hospital, ou em qualquer outro lugar. São iguais, porque sobre eles pesa a exploração brutal e selvagem da minoria que controla o capital.

Por isso, meu discurso quer chamar a atenção para alguns dados importantes, principalmente, para desmascarar os que querem transformar o 1.º de Maio em dia de Festa e os que querem transformar o "Dia do Trabalhador", num ato alienante para esconder ao trabalhador e a sociedade a verdadeira realidade.

É importante lembrar aqui a origem deste dia. Ele surgiu, para lembrar o massacre de trabalhadores americanos que protestavam contra a exploração a que eram submetidos. Sua origem lembra a morte, a dor, e sobretudo a exploração.

Hoje, para os 54 milhões de trabalhadores brasileiros reconhecidos pelo Ministério e para outros tantos milhões que trabalham no mercado informal, o Dia 1.º de Maio também é dor, de luto, de morte e de exploração.

Não é um dia de festa, porque, se o Brasil é hoje a oitava potência econômica do mundo, a situação social do nosso País, nos coloca bem atrás de muitos países subdesenvolvidos da África, da Ásia e da América Latina.

O Trabalhador brasileiro, recebe hoje o segundo pior salário da América Latina, só perdendo pela explorada e pobre Bolívia.

O salário-mínimo atual dá apenas para comprar treze alimentos básicos para sustentar a família por um mês e nada sobra para o transporte, habitação, vestuário, saúde, educação, recreação, cultura etc...



Se analisarmos os valores do salário-mínimo, de 1936, quando foi criado, até hoje, notaremos que o salário de 1948, em cruzados, de dezembro de 1986, valia Cz\$ 2.245,09; em 1951, chegou a Cz\$ 3.234,76, isto é, três vezes maior do que hoje; em 1962, valia Cz\$ 2.285,92. Estes poucos dados mostram que o salário mínimo de 1987 é o menor dos últimos trinta e cinco anos. É uma triste constatação, mas é verdade. Quem duvidar, consulte os estudos do DIEESE.

De 1940 para cá, a economia brasileira vem crescendo a uma taxa média de 7% ao ano. Se esse mesmo valor fosse agregado ao salário-mínimo, ele hoje seria de Cz\$ 10.867,36. Isto mostra quanto o País cresceu, quanto os empresários lucraram e quanto os trabalhadores perderam, ou foram roubados.

É por isso, que a cada cem crianças que nascem de um operário que ganha um salário-mínimo, oitenta e oito delas não sobreviverão após o primeiro ano de vida.

É por isso que as greves vêm aumentando de ano para ano. Em 1985, tivemos 843 greves, em 1986 foram mais de 1.700 e em 1987, pela amostra destes primeiros meses, as greves serão em número bem maior. O que significam essas greves? Significam o arrocho, a exploração selvagem imposta aos trabalhadores brasileiros pelas multinacionais aqui implantadas; a exploração dos demais empresários, a falta de uma legislação trabalhista capaz de proteger os direitos dos trabalhadores, a visão míope dos governadores da Nova República, enfim, a falta de vontade política de tratar os trabalhadores como pessoas, como seres humanos que precisam de comida, casa, remédio, diversão e tantas outras coisas.

Essas greves significam, ainda, os resultados da política econômica implantada no Regime Militar e remodelada pela Nova República, de favorecer o capital em prejuízo do trabalho, de se submeter às pressões dos banqueiros internacionais, de deixar as elites dominantes se encherem de lucro às custas do sacrifício dos trabalhadores.

As greves significam, também, a organização e a consciência política alcançada pelos trabalhadores brasileiros.

Por isso, as greves não são manifestações anti-patrióticas como muitos querem, mas manifestações de legítima defesa dos seus direitos. Manifestações de protesto contra os Planos Cruzados da Nova República que congelam os salários e mantêm os privilégios dos banqueiros, das multinacionais, dos industriais, enfim, da classe dominante.

Se o salário-mínimo tivesse acompanhado o crescimento econômico do País, hoje ele seria de mais de CZ\$ 10.000,00, no en-

tanto, é de apenas Cz\$ 1.368,00. O DIEESE calcula que o valor para atender as necessidades básicas, deveria ser de Cz\$ 7.816,95.

Os trabalhadores ao se organizarem em seus sindicatos, em suas centrais sindicais, em outras tantas organizações de classe, estão querendo melhorias econômica para si, pois, o que ganham não dá para a sua sobrevivência, mas querem também mudanças profundas na organização social do nosso País, onde os bens de produção sejam controlados pelos trabalhadores e passem a produzir riquezas para o conjunto da sociedade e não para uma minoria.

Por isto os trabalhadores querem participar também, das decisões políticas que são tomadas e poder decidir sobre as questões que lhes dizem respeito".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Consulto à Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, passamos à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Senhores Deputados.

A Mesa, com base na Resolução n. 2/71, abre prazo por 3 (três) dias consecutivos, a contar de amanhã, dia 5 do corrente mês, para oferecimento de Emendas à Proposição n. 47/87, Proposta de Emenda à Constituição Estadual, de autoria do Poder Executivo.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Nestor Batista, com apoio do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei n. 32/87, constante da Ordem do Dia de hoje. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei n. 04/87. Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 32/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 32/87), que dispõe sobre a reforma administração dos órgãos do Poder Executivo. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H.. Com EMENDA da C.C.J., EMENDAS DE PLENÁRIO e EMENDA enviada pelo Senhor Governador através da Mensagem n. 36/87. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em discussão. Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Questão de Ordem)

Senhor Presidente, com base nos artigos 146, 102, 103, 165, 168, 169, na discussão e votação do Projeto de Lei n. 32/87, de iniciativa do Senhor Governador do Estado, que trata da Reforma Administrativa do Executivo, a segunda discussão do referido Projeto e a Discussão das Emendas oferecidas, assim como as votações, apresentaram as seguintes irregularidades regimentais: (Lê):

"Item I - Quanto à discussão e votação.

a) O artigo 146 determina que a segunda discussão seja feita em relação a cada artigo, separadamente, e que as emendas que forem oferecidas entrem em discussão conjuntamente com os artigos a que se referem.

b) O parágrafo 1.<sup>o</sup> do artigo preceitua quanto à possibilidade do Projeto a ser discutido por títulos, capítulos, sessões ou grupos das emendas oferecidas.

c) O artigo 165 dispõe que na segunda discussão será votado primeiro o projeto, artigo por artigo, e, em seguida, as emendas, uma a uma.

d) No artigo 168 temos que a votação poderá ser por títulos, capítulos, sessões ou grupos de artigos.

e) O artigo 169 preceitua que as emendas em bloco só poderão desta forma serem votadas caso se refiram a um mesmo artigo e tiverem pareceres no mesmo sentido.

A votação e discussão do Projeto de Lei n. 32/87, em segunda discussão, assim como a das Emendas respectivas, foram feitas em bloco, não atendendo, em nenhuma fase, às disposições regimentais citadas.

Levanta-se a seguinte Questão de Ordem: Quais os dispositivos regimentais e legais invocados pela Mesa para sobrepor-se às disposições regimentais acima citadas?

A Votação e Discussão do Projeto de Lei n. 32/87, pela infringência de dispositivos do regimento interno violados, poderá ser considerada anulável? O não atendimento dos preceitos formais da tramitação dos projetos pode ser causa para que os mesmos sejam considerados prejudicados?

O Plenário é soberano para mudar os procedimentos regimentais da tramitação legislativa? Se é, qual o dispositivo le-

gal, constitucional, que lhe dá este embasamento?

Item II - Quanto às emendas e preferência.

a) O artigo 102, fala da preferência na votação. Questão de Ordem: Quais os dispositivos regimentais usados pela Mesa para aprovação do requerimento de preferência de votação a determinadas emendas do Projeto de Lei n. 32/87? Pergunta-se, em forma de Questão de Ordem, a votação de sete emendas, com infringência do artigo 146, quanto à discussão, e dos artigos 168 e 169, sob o pretexto da aprovação de requerimento de preferência, poderá tornar nula esta votação?

b) - O artigo 103 dispõe quanto à ordem regimental de preferência, sendo claro no seu parágrafo 2.<sup>o</sup>, quanto à apresentação de requerimento de preferência, que deverá ser apresentado quando se anunciar a votação do artigo ou emenda específica. Questão de Ordem: A preferência aprovada, por requerimento do Líder do PMDB, que pediu preferência da votação das Emendas números 1, 27, 45 e 48 e para que as demais Emendas com Pareceres contrário fossem votadas em bloco, sem especificar os artigos do Regimento Interno que facultam tal pedido. Quais os dispositivos regimentais que permitiram à Mesa a aceitação de tal requerimento?

Item III - Quanto aos Pareceres.

a) O artigo 138, e o parágrafo 2.<sup>o</sup> do artigo 146, dispõem sobre os Pareceres. As emendas apresentadas, em número de 58, não mereceram a análise das Comissões competentes no seu todo, ou seja, algumas apenas mereceram a análise técnica. Questão de Ordem: a falta de exame das emendas no seu todo poderão acarretar a nulidade da tramitação? Quais os dispositivos regimentais e legais que permitem a discussão e votação de emendas que não receberam exame das Comissões, quando, por decisão Plenária, foram as mesmas encaminhadas às Comissões para cumprimento do parágrafo 2.<sup>o</sup>, do artigo 146? do Regimento?

Com base no artigo 97, do Regimento Interno, apresentamos à Mesa da Assembleia, a Questão de Ordem quanto ao cumprimento dos dispositivos regimentais citados na tramitação do Projeto de Lei n. 32/87, requerendo que as dúvidas apresentadas sejam pela Mesa esclarecidas, antecedendo a 3.<sup>a</sup> Discussão do projeto".

Sala das Sessões, em 04.05.87.

Assinado pelas Lideranças de Oposição desta Casa.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) A

Mesa informa ao Deputado Algaci Túlio que recebe o seu pedido e pede que Vossa Excelência encaminhe à Mesa para que esta Presidência tenha conhecimento e poste-



riormente irá analisá-lo e dará a resposta que deve ser dada.

Continua em discussão o Projeto e as Emendas. Com a palavra o Senhor Deputado Algaci Túlio para discutir.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Para discutir)

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Vossa Excelência tem sessenta minutos para proferir sua oração.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Esperando que, desta vez, o rolo compressor não me obrigue a descer desta Tribuna, esperando que o Regimento desta Casa, desta feita, seja observado, tenho o direito, como Parlamentar desta Casa, de subir a essa tribuna e usar o espaço de 60 minutos que a Lei me faculta para, evidentemente, colocar a minha posição quanto à Reforma Administrativa.

Mas, quero antecipar aos demais Parlamentares que não farei uso de sessenta minutos, talvez use dez ou quinze minutos, porque, na verdade, não é o tempo que me dá o direito de ficar aqui; talvez com dez minutos eu diga tudo aquilo que eu pretendia falar com relação à esta Reforma Administrativa.

E entendo que teria sido assim na última quinta-feira, quando este Deputado, autor de onze emendas, não usaria uma hora e cinquenta minutos, mas, quem sabe, quinze ou vinte minutos seriam suficientes. De qualquer modo, não ficaríamos aqui até à noite ou madrugada, para não estragar o final semana de alguns Senhores parlamentares.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta Casa discute hoje em 3. Discussão o Projeto da Reforma Administrativa do Poder Executivo, e que, pretende, conforme diz a Mensagem Governamental: (Lê): "Racionalizar o serviço público, para, através do melhor funcionamento da máquina da administração da gente paranaense - meta prioritária de meu governo - , como também a perfeita integração do Estado ao esforço de desenvolvimento nacional."

Já dissemos nesta Casa que o mérito deste Projeto é discutível, já que inova pouco, reforma apenas o que diz respeito ao fortalecimento da estrutura da Governadoria; ou seja, mexe-se na organização administrativa apenas para tirar deste ou daquele órgão poderes que foram transferidos para a Governadoria.

E vejam que não estamos exagerando.

Basta fazer um comparativo da atual estrutura da Governadoria, da Lei 6.636, de 1974, onde a Governadoria tinha a Casa Civil e a Casa Militar, a Secretaria particular do Governador e a Coordenação

do Desenvolvimento do Estado.

E, hoje, o que é que se pretende no Projeto desta Reforma Administrativa?

Pretende-se que na Governadoria fiquem: a Casa Civil, a Casa Militar, o Gabinete do Governador, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Assessor Especial do Governador, a Procuradoria Geral do Estado, a Procuradoria Geral da Justiça, a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, a Secretaria de Estado da Comunicação Social e os Secretários Especiais.

Mas, a responsabilidade desta aberração administrativa, cabe inteiramente aos Senhores Deputados da Situação. Aos 39 Deputados da bancada governista.

O que, neste momento, nos interessa, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é levantar as irregularidades que têm na tramitação desse processo.

Vejamos já nas Comissões Técnicas o processo foi conduzido de forma a impedir o direito da Minoria, requerido que foi, em Regime de Urgência, de forma até certo ponto, estranha, porque lamentavelmente, a Mesa não esclarece ao Plenário, nunca, o que se está votando. Assim, se por acaso não estivermos bem atentos, em segundos se aprovam regimes de urgências para matérias que precisariam de todo o cuidado e de uma análise mais profunda, tanto quanto ao mérito como quanto à legalidade.

Na Comissão de Constituição e Justiça, o nosso companheiro da Bancada, o Deputado Valderi Mendes Vilela, foi cercado em seu direito de ter vistas ao processo. O rolo compressor da Maioria funcionou para valer, e impediram o seu desejo de melhor analisar o processo.

Na discussão da matéria, Senhor Presidente, nós tivemos oportunidade de fazer um exame do Projeto, mostrando suas falhas, as suas lacunas as suas irregularidades e as suas ilegalidades. Na 1.ª Discussão nós procuramos alertar esta Casa, ficamos cinquenta e oito minutos nesta tribuna, mostrando as falhas existentes dentro desta Mensagem, procurando alertá-los de que ela vai tirar o pouco que nós ainda temos para legislar.

Dissemos aqui, e alertamos à Casa, procuramos conscientizar os Senhores Deputado e principalmente os Deputados do PMDB, Partido do Governo, quanto perigo o Projeto trazia para o Legislativo Estadual, na transferência de suas prerrogativas, no seu poder e atribuição de legislar. Alertamos e mostramos, Senhores Deputados, que esta Casa estava sendo esvaziada, como esvaziadas estavam sendo diversas Secretarias do Estado, e outros órgãos, para que a Governadoria fizesse uma estrutura capaz de ser o único órgão decisório e planejador dentro da estrutura adminis-

trativa deste Estado.

Nossas palavras caíram no deserto, nem sequer foram ouvidas, e isto ficou provado na sessão do dia 27, quando a força da pressão popular se fez sentir nesta Casa.

Não que não estivéssemos a favor dos professores e alunos das Universidades Estaduais de Londrina, Ponta Grossa, Maringá, que lutavam por um direito seu, que lutavam para não perder a sua autonomia, administrativa. Fomos favoráveis à Emenda que lhes assegurou esta autonomia. Mas, não era preciso acontecer o que aconteceu aqui nesta Casa. Não era necessário violentar o Regimento Interno da Casa para se provar, para a assistência que se fazia presente e fazia pressão, um dispositivo.

Não era necessário, nada absolutamente nada disto, Senhores Deputados. Já que era pacífica a aprovação, então seria também pacífica a aprovação deste Regimento, com os votos contrários dos Senhores Deputados da Oposição, mas, preservando o seu direito de subir a esta tribuna e usar o que lhe permite o Regimento Interno desta Casa. A Casa toda era favorável e não era preciso se enterrar o Regimento desta Casa.

O Regimento Interno é o regulamentador desta Casa; ele é o Regimento que regula os trabalhos do Legislativo, disciplina o procedimento dos Senhores Parlamentares. Ao Presidente da Mesa compete cumprir e fazer cumprir as disposições regimentais, tanto pelos Deputados como pelo Plenário ou pelas Comissões, mas isto, lamentavelmente não aconteceu.

Inverteu-se tudo. O Plenário é soberano para decidir os casos omissos, e é bom que se diga isto, que o Plenário é soberano para interpretar dispositivos obscuros, mas não é soberano para impor a força da maioria contra os dispositivos claros e transparentes. Se o Plenário é soberano em tudo, então, porque precisa existir um Regimento Interno, Senhor Presidente?

Senhores Membros da Comissão Executiva, se o Plenário é soberano, rasga-se este Regimento Interno. Não é necessário mais fazer-se orientar por ele.

A maioria vence e a minoria se convence, porque o Plenário é soberano, para se opôr mesmo às normas constitucionais, e até morais? O Plenário, ou melhor, a sua Maioria pode tudo; a Minoria se convence e fica calada?

Senhor Presidente, Senhores Deputados, na segunda-feira discutiu-se o Projeto de Reforma Administrativa em 2.<sup>a</sup> Discussão, aliás foi na quinta-feira.

Mas, vejamos o que diz o artigo 146. (Lê).

"A segunda discussão será feita sobre cada artigo separadamente e as emendas que forem oferecidas entrarão em discussão

conjuntamente com os artigos a que se referirem".

Vejam bem, isto não foi obedecido, isto não aconteceu, Senhor Presidente, Senhores Deputados. O projeto foi discutido em bloco, nem uma única emenda foi discutida. A da autonomia das Universidades foi discutida sozinha, sem acompanhar o artigo a que se referia. O Regimento foi simplesmente violentado, Senhor Presidente e Senhores Deputados, e é por isso que nesta tarde, as Bancadas de Oposição nesta Casa, o PL, o PDT, o PT, o PFL encaminharam a esta Mesa Questão de Ordem baseada nos artigos 146, 102, 103, 165, 168 e 169, na discussão e votação do Projeto de Lei n. 32/87, iniciativa do Senhor Governador do Estado, que trata da Reforma Administrativa do Executivo porque, a segunda discussão do Projeto e a discussão das emendas oferecidas, assim como as votações, apresentaram diversas irregularidades regimentais.

Quanto à discussão e votação, o artigo 146 determina que a segunda discussão será feita sobre cada artigo separadamente e as emendas que forem oferecidas entrarão em discussão conjuntamente com os artigos a que refere o parágrafo 1.º do artigo 146, que preceitua quanto a possibilidade do projeto ser discutido por títulos, capítulos, sessões ou grupos das emendas oferecidas. O artigo 165 dispõe que na segunda discussão será votado primeiro o projeto, artigo por artigo e, em seguida, as emendas, uma a uma. No artigo 168, temos que a votação poderá ser por títulos, capítulos, sessões ou grupos de artigos. O artigo 169 preceitua que as emendas em bloco só poderão ser desta forma votadas desde que se refiram a um mesmo artigo e tiverem Pareceres no mesmo sentido. Não é o que estava acontecendo, pois cada emenda se referia a um artigo diferenciado, portanto, e por isso não caberia sua votação em bloco. Na questão de ordem, a votação e discussão do projeto em segunda discussão, assim como a das emendas, foram feitas de forma global, não atendendo em nenhuma fase as disposições regimentais citadas.

Levanta-se, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a seguinte questão: quais os dispositivos regimentais e legais, invocados pela Mesa para sobrepor-se às disposições regimentais acima citadas? A votação e discussão do Projeto n. 32/87, pela infringência dos dispositivos do Regimento Interno, violados, poderá ser considerada nula, poderá ser considerada anulável, pelo não atendimento dos preceitos formais na tramitação dos projetos, pode ser causa para que os mesmos sejam considerados prejudicados. O Plenário é soberano para mudar os procedimentos regimentais da tramitação legislativa? Se o Plenário

tem esse direito, qual é o dispositivo legal e constitucional que lhe dá esse embasamento?

Quanto às emendas e preferência, o artigo 102 fala da preferência na votação. Questão de Ordem: quais os dispositivos regimentais usados pela Mesa para aprovação do requerimento de preferência de votação a determinadas emendas do Projeto de Lei n. 32/87?

Pergunta-se, em forma de Questão de Ordem, a votação de sete emendas com a infringência do artigo 146, quanto à discussão, e dos artigos 168 e 169, sob o pretexto da aprovação do requerimento de preferência, poderá tornar nula esta votação, Senhor Presidente?

O artigo 103 dispõe, quanto à Ordem Regimental de Preferência, sendo claro no seu parágrafo 2., quanto à apresentação do requerimento de preferência, que deverá ser apresentado quando se anunciar a votação do artigo ou emenda específica.

A preferência aprovada conforme Requerimento do líder do PMDB, pediu preferência na votação das Emendas 1, 27, 45, e 48, e que as demais emendas, com Pareceres Contrários, fossem votadas em bloco, sem especificar os artigos do Regimento Interno que facultam tal pedido.

Quais dispositivos regimentais que permitiram à Mesa a aceitação do referido requerimento, Senhor Presidente?

Quanto aos Pareceres, o artigo 138 e o parágrafo 2.º do artigo 146, dispõem a seu respeito. As Emendas apresentadas, em número de cinquenta e oito não merecem a análise das Comissões competentes no seu todo, ou seja, apenas algumas Emendas mereceram uma análise técnica. A falta de exame das emendas no seu todo poderá acarretar a nulidade da tramitação deste Projeto, Senhor Presidente.

Quais os dispositivos regimentais e legais que permitem a discussão e votação de Emendas que não receberam exame das Comissões técnicas quando, por decisão Plenária, foram as mesmas encaminhadas às Comissões para cumprimento do § 2.º do artigo 146 do Regimento? Com base no artigo 97, do Regimento Interno, apresentamos à Mesa, como já o fizemos, Questão de Ordem quanto ao cumprimento dos dispositivos regimentais citados na tramitação do Projeto n. 32/87, requerendo que essas dúvidas apresentadas sejam pela Mesa esclarecidas ainda no dia de hoje, para que as Oposições possam votar conscientemente e ter a devida tranquilidade na tramitação deste Projeto de Lei.

É este o sentido, é esta a posição que nós queríamos colocar desta tribuna, dizendo que precisaríamos ter uma análise mais profunda deste Projeto e ter o direito de usar deste espaço aqui, pois a única

coisa que cabe às Oposições é falar nesta Casa.

Já que as Oposições não podem legislar, podem pelo menos falar neste Plenário, um direito que as minorias tem, e o direito das minorias foi o que o PMDB pregou em campanha. No entanto, não se vê isto na prática.

O Sr. Caíto Quintana- Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, eu acompanho o seu pronunciamento. No entanto, a questão da Reforma Administrativa, Nobre Deputado, é uma questão de ótica de quem vê. Quando Vossa Excelência diz que centraliza o Poder Executivo, eu acredito que o respeito a este Parlamento continua sendo considerado, até porque o Projeto de Reforma Administrativa está sendo votado por este Parlamento. A Assembléia está autorizando, ou não, a Reforma Administrativa; o Poder Executivo é o autor do Projeto, a Assembléia Legislativa é que irá aprovar ou não, considerando ou não também as Emendas.

No entanto, Vossa Excelência levanta uma série de questões de ordem que acho procedentes, acho que é um direito da Oposição a sua tentativa de argumentação dentro do ponto de vista das Oposições.

No entanto, Vossa Excelência há de convir que o Regimento Interno desta Casa, é bastante dúbio no que diz respeito às questões inerentes às discussões de Projetos. Descartemos de princípio a discussão do Projeto em segunda votação, que não foi discutido na sessão de quinta-feira. A discussão do Projeto de Lei n. 32/87, já ocorrera antes das emendas serem mandadas para as Comissões. Naquela sessão nós só discutíamos as Emendas, não mais o Projeto, que tinha sido aprovado, por unanimidade, por todos os Pares desta Casa.

Vossa Excelência invoca o artigo 167, e nós poderíamos citar o artigo 168, que é dúbio, faculta a votação por secção, grupos de artigos, se assim resolver a Assembléia a requerimento de qualquer Deputado. Por outra parte, Nobre Deputado, considere-se o ano de 1960, época em que foi feito este Regimento, hoje já bastante defasado.

Perceba Vossa Excelência, o artigo 174, no mesmo Capítulo das votações, que ele já vai dizer que o encaminhamento da votação, em segunda discussão, poderá ser feito sobre cada artigo e cada emenda. "Poderá", não é conclusivo. De forma que é uma contradição dentro do nosso próprio Regimento Interno no que diz respeito à forma de condução do processo.

Eu particularmente, me reporto, nobre Deputado Algaci Túlio, ao artigo 8.º da Constituição do Estado do Paraná, que diz,

claramente, que o Poder Legislativo será exercido pela Assembléia. Ora, o âmago, o coração do poder deliberativo da Assembléia é exatamente a sua Plenária. E é de comum conhecimento de todos nós, em todas as entidades, em todos os organismos regidos por Estatutos, e o nosso Regimento Interno não é nada mais do que um Estatuto, uma norma de convívio, de disciplina, que a Assembléia de qualquer órgão é o poder de maior deliberação. Ora, se o nosso estatuto se contradiz, se o nosso Regimento Interno se contradiz, o fórum competente para julgar é exatamente o Plenário desta Casa. O requerimento foi posto à Mesa, foi colocado em votação neste Plenário, este Plenário deliberou pela discussão e votação em bloco da matéria. Eu acredito, portanto, que está perfeitamente legal o procedimento realizado.

Por outro lado, Deputado, apenas a título de explicação daquilo que pretendeu esse Deputado. Não houve intenção de cercar a discussão do Projeto. Vossa Excelência, há de convir que na discussão global das matérias nós estaríamos, da mesma forma, permitindo o uso de dez minutos para cada Parlamentar desta Casa, discutir as emendas em bloco. Ora, dez minutos, num Plenário composto por cinquenta e quatro Senhores Deputados, são 540 minutos para discussão do Projeto e das suas Emendas em segunda votação, o que daria um total de nove horas. Se nós considerarmos o artigo 73, do Regimento Interno desta Casa, que diz que as sessões plenárias têm uma duração de quatro horas, nós estaríamos discutindo, só nas emendas, mesmo com o requerimento apresentado por esta Liderança, durante duas sessões e meia. Não houve cerceamento, Deputado. Longe de nós cercar a Oposições, a valorosa colaboração que as Oposições podem dar. Agora, num exercício mental nós chegaremos à conclusão de que se votarmos emenda por emenda, com cada Parlamentar discutindo cada uma delas, nós chegaremos à assombrosa possibilidade, não digo que acontecesse, mas à possibilidade de levarmos seis meses e meio na discussão.

Então, eu acho que trinta dias de tramitação do Projeto por esta Casa foi tempo suficiente para analisarmos e votarmos aquilo que nós queremos, seja emendando, seja aprovando para agilização do processo de Reforma Administrativa. Reconheço seu direito; no entanto, achamos que não ferimos e nem cerceamos o direito das Oposições.

Obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Vossa Excelência me dá mais subsídios quando diz que o Regimento da Casa, é confuso, uma hora pode algo, outra hora não pode mais. É exata-

mente em cima disso, que nós também nos calcamos nessa discussão. Porque no artigo 146, parágrafo 1.º, diz: "quando o projeto contiver um número considerável de artigos, a Assembléia poderá resolver, a requerimento de qualquer Deputado, que a segunda discussão se faça por títulos, capítulos, sessões ou grupos de artigos". E no Parágrafo 2.º afirma: Quando, pelo número ou importância das emendas oferecidas, em segunda discussão, se tornar difícil o pronunciamento imediato da Assembléia, o Presidente, a requerimento de qualquer Deputado, enviará o projeto à Comissão competente para emitir parecer, o qual será impresso e distribuído." "Foi o que aconteceu. Só que o Regimento ainda diz que nós temos o direito de discutir por dez minutos. Não importa se vai demorar um dia, dois, uma semana ou 540 minutos como disse Vossa Excelência. Já há descrédito da classe política porque dizem que nós não fazemos nada, de que nós estamos aqui numa Casa de Leis, falamos, falamos e não resolvemos nada.

Quando a Oposição quer colaborar, quer ajudar para uma melhor forma de Governar o Estado, isto é desprezado, sem mais nem menos. Vossa Excelência não teve tempo, tenho certeza de olhar emenda por emenda; tiveram-no talvez, alguns Deputados da Comissão, e se olharam, foi por cima, e quando viram que eram Emendas das Oposições, já estavam riscadas, não poderiam ser aprovadas e nem sequer discutidas.

Quer dizer, trata-se de um direito que nós temos, não importa quanto tempo vai levar. Esta Casa está aqui para que mostremos trabalho. E tenho certeza, Deputado Caíto Quintana, de maneira nenhuma tínhamos intenção, como já falei anteriormente, de usar dez minutos para cada emenda. Usaríamos dois minutos em uma, três na outra, uma na outra, quem sabe nem usaria nada, nenhum segundo em outra emenda. Afinal de contas, temos bom senso, também. Tanto assim é que Vossa Excelência pessoalmente é testemunha de que na quinta-feira, no calor da discussão, pedi à Mesa quinze minutos de suspensão da sessão, para que as lideranças reunissem os seus liderados e decidissem, de uma vez por todas, a melhor maneira de se votar a Reforma Administrativa. Mas, lamentavelmente não fui ouvido nesta Casa. É esta a questão.

O SR. Valderi Mendes Vilela- Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Vossa Excelência traz o problema de uma forma muito séria e realmente bastante proveitosa. Não deixa nenhuma dúvida o artigo 169 do Regimento Interno. A votação de emendas em globo só poderá ser concedida para as que se referirem ao mesmo arti-

go e tiverem pareceres no mesmo sentido. Portanto, não diz que poderá, ou deverá, ou deve. Elas têm que ser discutidas. Pelo menos deve ser dado o direito de se discutir. Por outro lado, salientou bem Vossa Excelência, quando disse que a Oposição não queria ficar aqui uma semana, dez dias. Nós, de nossa parte, gostaríamos apenas de discutir duas das cinquenta e cinco emendas que estavam aí. Portanto, consideramos o seu trabalho de alta valia à própria Mesa Executiva desta Casa para casos futuros.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Valderi Mendes Vilela.

Já falei que não quero usar os sessenta minutos a que tenho direito, mas quero me reportar a algumas emendas de minha autoria. Vejam, por exemplo, a Emenda de n. 35 deste Projeto. É uma Emenda que colocamos para a discussão e para análise. (Lê): "O Artigo 98 do Projeto passa a ter a seguinte redação: O Chefe da Casa Civil, o Chefe da Casa Militar, os Secretários Especiais têm "status", deveres e prerrogativas de Secretários de Estado".

E nós queríamos, na verdade discutir esta emenda, mostrar até onde era válido, até onde era interessante este "status".

A emenda n. 36, que fala de prevenção, fiscalização, repressão ao tráfico, uso de substâncias entorpecentes, ou que determinam dependência física ou psíquica e as atividades de recuperação de dependentes, queríamos também colocar, porque é um assunto importante. Nenhum dos Senhores Deputados da Situação pode negar que hoje neste País se vive um drama muito grande com relação a tóxicos. E cabia nesta emenda este dispositivo.

Estamos apenas querendo colaborar com o Projeto de Lei, com a Mensagem enviada à esta Casa por Sua Excelência, o Governador.

A Emenda n. 37, suprimia o parágrafo 2.º, do Artigo 105, do Projeto no seu todo, quando dispõe sobre a Reforma Administrativa. Tenho em mãos a justificativa, mas vou deixar de citá-la.

A Emenda n. 39, também de minha autoria, substitua no Artigo 14, do Projeto, Parágrafo Único, a expressão "decreto", por "projeto de lei". Visava com isto tirar o direito do governador de governar por decreto, permitindo à esta Casa discutir as Emendas, discutir as mensagens que para cá fossem encaminhadas.

A emenda n. 40, no meu pensamento também, ia na mesma direção, pois substitua a expressão "seis" por "três", no que se refere aos Secretários Especiais.

A Emenda n. 41, dispõe, sobre a reestruturação organizacional do Poder Execu-

tivo do Estado do Paraná e dá outras providências, é uma emenda que não tem nesta Reforma Administrativa. Esquecemos de colocá-la. Ela é a que inicia, realmente o Projeto de Lei. Uma coisa simples, sabe, coisinha simples, mas necessária para quem está fazendo uma Reforma Administrativa, e que por isso mesmo, não pode cometer pequenas falhas, que serão anotadas, meu caro Deputado.

Na sequência concedo o aparte ao Deputado Pedro Tonelli.

O Sr. Pedro Tonelli- Agradeço esta oportunidade e gostaria de dizer ao nobre colega, Deputado Algaci Túlio, que realmente a sua preocupação é completamente fundamentada e de suma importância.

E queria dizer ao Deputado colega, Caíto Quintana, que ele deveria ler também o Artigo 169, ele leu o 168, deveria ler o Artigo 169, como o Deputado Vilela já mencionou, nele está bem claro que a votação das Emendas, em bloco, só poderá ser concedida para as que se referirem ao mesmo artigo e às que tiverem Parecer no mesmo sentido. Então, acho que está provado que foi ferido o Regimento Interno, e vejo a preocupação do nobre colega Algaci Túlio é procedente, porque se nós temos o Regimento Interno que dá direito para todos, estes direitos têm que ser respeitados, quem tem por ouvir, deve ouvir, quem quer falar que vá falar, quem não quiser, acho que deveria ficar no seu gabinete tomando café. Aqui é o local das sessões, onde nós vamos debater os Projetos, as Resoluções, os Requerimentos e nós vamos tentar transformá-los em Lei, esse é o nosso compromisso. Esse compromisso nosso foi ferido!

Por isso, acho que a Mesa deveria reconsiderar e rever, e vêr que o Regimento foi ferido. Se o Regimento Interno foi ferido, cabe recurso e o recurso é procedente, porque se a plenária é soberana, não precisamos de Regimento Interno. A Plenária é soberana diante dos casos omissos, aí eu acho que existe a soberania da Plenária. Se assim não for, está provado que este Plenário foi prejudicado pela decisão da Mesa, a Requerimento do Líder da Bancada do PMDB, no seu direito de discutir, pelo menos discutir, Emenda por Emenda, discutir e votar contra. A maioria que votasse a favor, mas que, pelo menos todo mundo argumentasse, a favor e contra as suas Emendas. Isso iria enriquecer o Projeto de Reforma e iria enriquecer a composição política desta Casa!

Muito obrigado, colega Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Obrigado Deputado Pedro Tonelli.

Concedo o aparte ao Deputado Caíto

Quintana.

O Sr. Caíto Quintana- Deputado Algaci Túlio. Vossa Excelência colocou antes que talvez, nós não tivéssemos analisado Emenda por Emenda. Ora, aqui está a oportunidade de comprovar a Vossa Excelência que nós tivemos o maior respeito pelas Emendas da Oposição, que eu tenho certeza foram ouvidas dentro da tentativa de auxiliar o Projeto da Reforma.

A Emenda n. 35, de Vossa Excelência, eu tenho aqui anotado, ao lado do artigo 98, que o Chefe da Casa Civil, o Chefe da Casa Militar e os Secretários Especiais tem deveres e prerrogativas de Secretário de Estado. Eu anotei, com a minha letra e vejo, que comparado com o original, Vossa Excelência está aqui suprimindo os Procuradores, que na original consta, razão pela qual nós achamos que modificava, substancialmente, aquilo que pretende a Reforma Administrativa do Governador e achamos que a Emenda, por ser supressiva, deveria ser rejeitada.

A Emenda n. 36, de Vossa Excelência, é louvável, nobre Deputado, é louvável e eu espero que seja analisada na futura Constituição do Estado do Paraná, que tenta transferir para a Secretaria de Estado da Justiça, a prevenção, fiscalização e repressão no tráfico de entorpecentes. No entanto, há de convir Vossa Excelência, que hoje isto é uma atribuição da Secretaria de Segurança, até porque a Secretaria da Justiça não possui uma polícia repressiva para poder cuidar disso.

Eu anotei aqui, até que se trata de uma alta indagação para a Constituinte.

No entanto, no momento seria difícil essa aprovação, porque mexeria na estrutura da repessão ao tráfico. E eu não quero cansá-lo na generosidade do seu aparte, para dizer que Vossa Excelência na verdade apresentou emendas que mereceram de nossa parte um estudo mais profundo, como de n. 37, quando Vossa Excelência suprime o artigo 105 que permite ao Governador nomear os Secretários Especiais.

Nós todos queremos, Deputado Algaci Túlio e conheço a sua retidão, que a Reforma Administrativa seja o melhor para o Estado do Paraná. No entanto, é inegável que a competência administrativa do Estado, o julgamento popular após o Governo Álvaro Dias, será feito por aquilo que ele acertar e por aquilo que ele errar. Cabe-nos dar ao Governo os instrumentos que julgarmos adequados para uma filosofia de Governo, como nos caberá cobrar, se porventura esses instrumentos forem usados indevidamente.

E lembro ainda, uma vez mais, que o grande momento de podermos fazer as transformações gerais nesse Estado será a

partir de novembro, na promulgação da Constituinte, quando estivermos elaborando a Constituição do Estado do Paraná. Nessa, sim, iremos criar uma regra de conduta para todo o sempre, para governos do PMDB, do PFL, do PDT, e de outros partidos.

Portanto, nos cabe agora dar ao Governo a Reforma Administrativa que o mesmo nos pede, e nos cabe o direito de fiscalizar esse Governo, e cobrar, porventura, se ele extrapolar ou quiser extrapolar dos seus poderes. Eu agradeço o seu aparte, que foi feito para justificar que as suas emendas mereceram a atenção de nossa parte.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, nobre Deputado Caíto Quintana, pela sua maneira cabalheiresca e ponderada nos apartando neste momento. Mas fica, mais uma vez registrado o nosso protesto pela maneira como agiu a Bancada Majoritária nesta Casa, não permitindo que nós tivéssemos o direito de usar esta tribuna por dez minutos em cada uma de nossas emendas, conforme faculta o Regimento Interno da Casa, para que pudéssemos também dentro da nossa ótica, dentro do nosso pensamento, discutir e tentar convencer os Senhores Deputados de que esta emenda era boa, aquela não era. Esta poderia ser colocada, aquela não.

Era essa a intenção da Oposição. Aliás a única coisa, repito, que ainda lhe cabe nesta Casa, é o direito de discutir e isto nos foi tirado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Continua em discussão o Projeto de Lei n. 32/87 e as Emendas. Para discutir, concedo a palavra ao Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, demais integrantes desta Casa de Leis.

Nós já ouvimos as denúncias, Senhor Presidente, da violação do Regimento Interno. Realmente também entendemos desta forma, desde o início, quando este processo foi encaminhado à C.C.J.

É bem verdade, Senhor Presidente, que nós demos o nosso voto favorável a muitos pontos desta Reforma Administrativa. Teríamos algumas emendas que mereciam a atenção dos Senhores Deputados, porque realmente melhorariam o Projeto de Reforma Administrativa.

Mas nós temos que esclarecer que o tempo vai se passando e aprovado vai ser mesmo, uma vez que nem discutido pode ser mais o Projeto, digo, as Emendas. Quero salientar que nós votamos em separado nas



Comissões, quando a C.C.J. indeferiu o nosso pedido de vistas para examinar, na primeira oportunidade, a Emenda apresentada pelo eminente Deputado Cândido Bastos, ocasião em que nós já queríamos vistas a esse processo.

É bem verdade que foi o nosso recurso deixado de lado, uma vez que com as Emendas o Projeto da Reforma Administrativa voltou à C.C.J.

Vejam, Senhor Presidente e Senhores Deputados, há que se ter bom senso nesta Casa. Está ali nos ouvindo atentamente o nobre Deputado Doutor Nelson Vasconcellos, Presidente da Comissão de Recursos Humanos, e ele nos solicitou que não pedíssemos vistas do processo, e nós atendemos, porque já estava pendente o nosso recurso na C.C.J.

Quando, nesta Casa, foi pedido um espaço de tempo para que as Lideranças discutissem como votar as Emendas, sequer foi dado atenção ao pedido do Deputado Basílio Zanusso!

E isso é o rolo compressor citado!

Nós votamos em separado na Comissão de Recursos Humanos, contra o relatório, que era contra as Emendas, algumas delas aprovadas em Plenário.

Então, Senhor Presidente, nós vemos que este processo já nasceu de forma errada.

Ele deveria ter a sua tramitação normal: vistas de quarenta e oito horas, discussão, o que poderia atrasar, no máximo em quatro ou cinco dias a votação.

Mas, o Deputado Caíto Quintana, realmente, apresentou um requerimento contrário, muito contrário ao Regimento Interno. E nós não podemos invocar a data da sua elaboração, porque ainda está em vigor.

Esta Casa deveria, já há muito tempo, ter tomado providências neste sentido. O Deputado Djalma de Almeida César nos disse, outro dia, que tem um Projeto pronto a respeito da reforma do Regimento Interno, e eu acredito que tenha, e precisamos colocá-lo em prática, para que não aconteça o que vem acontecendo nessas mensagens em que há interesses de todos.

Nós gostaríamos de deixar bem claro que não concordamos, de forma alguma, com o relatório apresentado pelo ilustre Deputado Nereu Massignan, na C.C.J., porque não vemos, nem encontramos nenhuma inconstitucionalidade naquelas emendas que foram apresentadas.

Tem emenda, Senhor Presidente, de alto gabarito, como a Emenda n. 1, que foi aprovada, do Deputado Paulo Furiatti; a Emenda n. 3, do Deputado Basílio Zanusso, também de interesse desta Casa e do próprio Governo; temos a Emenda n. 9, que tira o Poder de governar por Decreto, a descentralizar o Poder Executivo e devolve à

Assembléia Legislativa condições de atuar com os Deputados como verdadeiros Parlamentares.

Então, essa Emenda do Deputado Basílio Zanusso, tira só a palavra "Decreto" do projeto e coloca "por lei". E, como se sabe, o Partido do Governo tem a maioria desta Casa, não precisaria deixar de discutir essa Emenda, porque ela, realmente, poderia até ser rejeitada, mas os Parlamentares desta Casa tomariam conhecimento dela.

A outra, a Emenda de n. 15, também é importantíssima. Vejam bem, foram denunciados pelos jornais os funcionários "fantasmas" no escritório de representação do Paraná no Rio de Janeiro, e esta Emenda extinguiu aquele escritório e, conseqüentemente, seriam tirados os "fantasmas" que lá existem.

E assim por diante.

Tem uma Emenda, Senhor Presidente, que merecia, realmente, a atenção dos Parlamentares desta Casa. A Emenda n. 39 do Deputado Algaci Túlio, a Emenda n. 46 ou 45 se não me engano, também importante, e não sei se foi aprovada; há também a Emenda n. 47, que é ótima, que traria mais benefícios à Reforma Administrativa.

Então, Senhor Presidente, nós queríamos deixar registrado de público que houve, realmente violentação do Regimento Interno. Nas Comissões de que nós fazemos parte, nós sempre apresentamos um voto em separado, e queremos deixar claro que não há inconstitucionalidade nenhuma, portanto, votamos contra esse item do Parecer do relator da C.C.J., e gostaríamos de estender muito mais os comentários, mas não vamos voltar a chover no molhado. Não se discute mais as Emendas, Senhor Presidente, mas, gostaria que esta Casa em oportunidade futura, preservasse o direito de todos os Parlamentares, para isso há acordo de Lideranças, para isto há acordo de Bancadas, para que não ocorra o que aconteceu aqui na última quinta-feira.

Senhor Presidente, o nosso lamento e o nosso protesto.

Era só isto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Continuam em discussão o Projeto e as Emendas.

Para discutir concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Em primeiro lugar é preciso que se diga que não vou eu usar dos sessenta minutos para exprimir a indignação que se assenhoreou do meu espírito, e com certeza, do espírito de todos os Deputados de Opo-

sição nesta Casa, a propósito dos sucessos, ou melhor dos insucessos, da última quinta-feira, que precedeu o longo feriado dedicado aos trabalhadores.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a liberdade primeira de que dispõe um Parlamento ou um cidadão, é a liberdade de movimento. A partir do momento em que se cassa a liberdade de movimento, e entenda-se por movimento toda a ação necessária para o exercício da função parlamentar, ou para o exercício pleno da cidadania, asseguram os filósofos clássicos que "Os homens quando são privados do espaço público, recolhem-se à liberdade de pensamento".

E foi o que fizemos nós, os da Oposição, diante da arbitrariedade vivida neste Plenário, na última quinta-feira. Nos retiramos, menos para fazer cenas diante das câmeras de televisão, que felizmente mostraram à população do Paraná, quanto ia mal a democracia e o conceito de Nova República, nesta Casa, onde um Deputado, não sei bem qual, evocando o artigo 37, ou seja, a maioria dos do governo, quando se esquece que são trinta e nove, porque somam-se outros dois num Partido dito de Oposição, invoca o poder e a força da Maioria, para que a Minoria se convença da vitória dos que são majoritários.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Nós nos retiramos para refletir. Da reflexão da retirada nasceu uma nota de protesto, que as Bancadas da Oposição enviaram aos jornais deste Paraná.

Nesta nota diziam as Oposições: "As Oposições representadas na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sentem-se no dever de denunciar ao povo a farsa praticada na quinta-feira, dia 30 de abril, pela Bancada governista, quando da votação da proposta governamental da Reforma Administrativa.

Em flagrante desrespeito ao Regimento Interno do Legislativo, foi cerceado o nosso legítimo direito de discutir, apreciar e melhorar, por emendas, o Projeto do Senhor Governador".

Isto coloca em perigo a legalidade do presente diploma.

O rolo compressor da Bancada Governista fugiu ao debate de mais de cinquenta emendas, apresentadas por Deputados da Oposição e do Governo, por saber que este projeto da Reforma Administrativa, em nada reforma, pouco moderniza e não agiliza a máquina do Estado, e, ao mesmo tempo aumenta a despesa pública em mais de setecentos mil cruzados mensais, em valores anteriores ao do último gatilho.

Ao extinguir cargos com salários médios de Cz\$ 3.000,00 e ao dar ao Governador o poder de, por decreto, remanejar estes cargos em provimento, a dita reforma

cria outros em número maior e de valores elevados. Resta lamentar a triste política do empreguismo, do clientelismo, da impunidade dos governos do PMDB, cuja prática de poder desmente e desvaloriza o seu discurso de palanque.

Ao invés da lei, preferem os Deputados governistas, o decreto; ao invés da discussão e do aprimoramento da matéria legislativa, preferem a sugestão, as determinações do Palácio Iguazu e assim semeia-se o terror entre os funcionários públicos, pelo arbítrio e pela concentração do poder absoluto nas mãos do Governador.

O que no passado se chamava perseguição política, hoje pode ter o nome e o véu de Reforma Administrativa. Em represália ao cerceamento do direito de discussão e de legislação, os Deputados da Oposição, privados de trabalhar, e eu disse na televisão ao Deputado Caíto Quintana, na manhã do dia 1.º, que sequer pudemos nós lavar as mãos, porque tínhamos as mãos amarradas e ele nos acusava de Pilatos, e eu saí da televisão me perguntando se não seriam os Deputados governistas os Herodes a deitar ordem de matança por sobre os inocentes? Pois é, em represália ao cerceamento ao direito de discussão e legislação, os Deputados de Oposição deixamos o Plenário antes da segunda votação do projeto, ficando o mesmo sob a inteira responsabilidade dos governistas.

Ao invés, Senhor Presidente, de discutir as emendas, eu só apresentei duas. Uma ao artigo 115, que colocaria a Fundação de Rádio e Televisão do Paraná, porque ela se pressupõe educativa, sob a responsabilidade da Secretaria da Cultura, e não como um Departamento de Imprensa e de Propaganda, junto ao Palácio do Poder; e uma outra emenda ao artigo 113, que determinava que o Governador, através de lei, procedesse ao remanejamento das entidades da Administração Indireta.

Mas porque as nossas emendas não foram respeitadas, Senhor Presidente, Senhores Deputados? Ao invés de discutí-las e ao invés de encaminhar a votação, eu gostaria de protestar formalmente contra a ilegalidade aberta e flagrante praticada sob a responsabilidade da Mesa desta Casa, quando da segunda votação do Projeto de Lei oriundo da Mensagem n. 32/87 do Senhor Governador do Estado.

A votação em bloco foi urdida para cercear o direito mais elementar dos Parlamentares, de discutirmos o assunto e votarmos corretamente. Ela fere o artigo 103, parágrafo 2.º deste Regimento Interno. Quando o artigo diz o seguinte:

"A ordem regimental da preferência poderá ser alterada por deliberação da Assembléia". Mas observa no parágrafo segundo: "O requerimento de preferência para



votação de qualquer artigo de uma proposição ou de uma emenda, sobre determinado artigo, deverá ser apresentado ao se anunciar a votação deste."

Não me parece que foi o que fez a Mesa e o Líder do PMDB, quando requereu preferência da votação das Emendas 1, 27, 45 e 48, e que as demais Emendas, com Pareceres contrários, se fizesse em votação conjunta.

Muito menos me parece que o Senhor líder do PMDB requereu, após ouvido o Plenário, que no encaminhamento da votação das Emendas apresentadas ao Projeto de Lei se a fizesse de maneira conjunta.

A mesma votação em bloco e o mesmo procedimento ferem o art. 146 do Regimento Interno da Assembléia que diz: "A segunda discussão será feita sobre cada artigo separadamente e as emendas que forem oferecidas entrarão em discussão conjuntamente com os artigos a que se referirem".

Porventura, se referia ao mesmo artigo a minha Emenda da Fundação de Rádio e Televisão do Paraná, a Emenda do Deputado Basílio Zanusso suprimindo cargos da Governadoria, e a Emenda do Deputado Antônio Belinati suprimindo o Banco de Desenvolvimento do Paraná? Onde se referiam ao mesmo artigo? Então, feriu-se o art. 146 e também foram feridos os artigos 168 e 169. O Art. 168 diz: "Quando o Projeto contiver um número considerável de artigos, a votação, em segunda discussão, poderá ser feita por títulos, capítulos, seções ou grupos de artigos, se assim resolver a Assembléia, a requerimento de qualquer Deputado". E feriu-se também o art. 169, que diz: "A votação de emendas em bloco só poderá ser concedida para as que se referirem a um mesmo artigo e tiverem pareceres no mesmo sentido".

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, as exigências legais de forma e de fundo foram amplamente descumpridas na segunda votação do presente Diploma Legal, ocorrida no dia 30 de abril de 1987, nesta Casa e neste plenário e em sessão. Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, parece este Diploma do vício da ilegalidade porque não obedecidos os ritos determinados pela Lei e pelo Regimento Interno desta Casa.

Eu tenho a lamentar que não apenas na Resolução n. 11 de 1960, que traz o autógrafo histórico e venerável do Deputado Guataçara Borba Carneiro, lamento portanto, que a Resolução que dá respaldo legal a este Regimento Interno tenha sido desrespeitada na última sessão da última semana.

Eu temo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que tenha sido desrespeitada a própria função parlamentar.

Aristóteles dizia o seguinte: "A amizade entre os cidadãos é um dos requisitos

para o bem-estar na cidade" A cidade em grego era a "polis". Ela dava o fundamento da Política. Esta "philia", esta amizade hoje demonstrada na doçura das palavras do Deputado Caíto Quintana, em aparte ao Deputado Algaci Túlio, cessou neste plenário, e nos proibiu do intercâmbio constante das idéias entre os cidadãos. Ao cessar o intercâmbio constante das idéias entre os cidadãos, que faz a Política, a Assembléia desmentiu-se enquanto fórum e foro de debates. A Assembléia perdeu o espaço de ser cenário da Política; a Assembléia perdeu a oportunidade de exercer a "philia" tão clara e tão cara aos gregos, e que possibilitou o surgimento da instituição democrática.

Eu imagino, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que nós vivemos tempos sombrios, tempos sombrios onde cada um de nós pode ser condenado porque não é a todo homem ou a toda mulher que é dada a fatia no grande pedaço do pão da vida. Nós vivemos tempos sombrios, porque de repente já valem pouco os Partidos, já valem pouco as posições de palanque da última eleição, já valem pouco as posições todas.

Seremos nós, nós mesmos, para agradar ao príncipe e ao palácio, a fazer que valha pouco o convívio parlamentar e a função da Assembléia? Foi o que fizemos, quando deitamos na vala comum cinquenta emendas, condenando-as, pelo parecer execrável da CCJ, que nem esteve atenta à Constituição e sequer fez justiça. Foi o que fizemos quando deitamos à vala comum do serviço ao Poder Executivo cinquenta emendas ou mais, cinquenta e sete na ocasião, considerando-as todas, anti-econômicas na Comissão de Economia e Finanças.

Foi o que fizemos, quando desrespeitamos o diploma que firmou, em Oguata, o célebre paranaense Guataçara Borba Carneiro, que eu tive a honra de amordalhar e encomendar quando produzi na Casa da Memória de Curitiba o seu panegírico.

Realmente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós vivemos em tempos sombrios. Fala o Deputado Caíto Quintana de uma nova Constituição, há quem fale de um novo Regimento. Nem nova Constituição, nem novo Regimento vão afastar as trevas que pairam sobre o procedimento parlamentar e que serão cobradas pelo povo já, já, urgente, em palanques e em comícios. Palanques e comícios onde teremos de ir, dotados de "philia", de amizade e de cidadania, mas, sobretudo, dotado de verdade, verdade que nasce do exercício do diálogo.

Pairam os tempos sombrios sobre nós e não se vão afastar se não formos nós, os Deputados, em quem o povo confiou, a afastá-los.

Trinta e sete, número fatídico que recorda a Constituição dita "polaca", porque

baseada na Constituição de Pieskusky, que era o ditador fascista da Polônia do entre-guerras. Trinta e sete, porque será, porventura, que querem usar de trinta e sete, da Constituição de 37, as lições negras?

Senhor Presidente e Senhores Deputados, só havemos de afastar esses tempos sombrios, se perseguirmos a verdade. Eu acho mesmo que nós fizemos grave desserviço ao Senhor Governador. Porque podíamos ajudá-lo a carregar a sua cruz, podíamos dividir com ele em erros e acertos a responsabilidade da Reforma Administrativa. Faltou mesmo ao Governador a visão do estadista, como os da Alemanha, por exemplo, que chamam os Deputados de Oposição a Palácio e consideram a Oposição porque percebe do Governo e do Tesouro parte, e também do Governo, e é co-responsável pelos atos do Governo.

Faltou ao Governador a visão de estadista. Ficou a visão de um técnico de time de várzea, que tem que ganhar dando canelada, que deve fazer gol a qualquer preço.

Não é o Palácio Iguazu o miserável espaço de uma disputa de moleques na várzea de um rio, mesmo porque já não existe infância e nem ingenuidade de infância nos espaços palacianos. Eu não pretendo, e as Oposições não pretendemos ser os donos da verdade, no entanto, eu temo, que sobre esta Assembléia e sobre os que somos Deputado, pese a condenação da sentença da Kafka:

"É muito difícil dizer a verdade, pois embora exista apenas uma verdade, ela está viva e tem, portanto, uma face viva e mutável". Excluída, por Vossas Excelências a nossa contribuição à verdade aprovada por Vossas Excelências que é o projeto da Reforma Administrativa, queira Deus que a verdade viva das ruas e da realidade do Estado não os desminta e não os desautorize. Ainda mais, porque pairam dúvidas sobre a economia na criação de cargos neste Projeto de Lei, quando no Artigo 117 fica a seguinte disposição. "Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei n. 6636, de 29 de novembro de 1974, mantidos os cargos nela criados".

Ora, eis aí, será verdade que o Palácio agora tem, o Príncipe, tem todos os cargos que criamos hoje e mais todos os cargos que já em 74, nos tempos ditos do arbítrio, tinha o governador em suas mãos?

Portanto, cargos duplos e duplo poder. Era isto.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Continuam em discussão o Projeto e as Emendas.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Para discutir.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Ocupamos mais uma vez a tribuna, agora para, em rápidas palavras, discutir a Reforma Administrativa em si, já que neste terceiro turno. Esgotados os recursos das emendas apresentadas anteriormente, no episódio bem conhecido da Casa, resta-nos tão somente marcar uma posição.

O Partido Liberal, através deste Deputado, já a identificou, entendendo a reforma como um instrumento legal e positivo, capaz de representar os meios para que o Governo possa cumprir o seu programa de ação.

Longe de nós a intenção de impedir este objetivo. Pois o PL jamais adotou o procedimento sistemático e radical de ser contra, sem ter um objetivo definido.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, ao aceitar a tese de que a Reforma Administrativa é viável, e objetiva dar ao Governo condições de cumprir o seu programa, não estamos aceitando posições já tomadas, ou denunciadas que, sob a desculpa da reforma, causam apreensões ao funcionalismo.

É por isto que mais uma vez o PL ocupa esta tribuna, para pedir cautela àqueles que já agem em nome da reforma. Que as demissões sejam contidas, até que pelo menos se dê tempo de que a Assembléia, poder legítimo e representativo da vontade popular, tenha se pronunciado.

É inadmissível que, em nome de uma reforma ainda no papel, surjam ações e se denunciem fatos que certamente contrariam as intenções do Senhor Álvaro Dias, ao idealizar este instrumento capaz de agilizar sua administração, segundo ele próprio tem manifestado.

Este longo final de semana nos permitiu, Senhor Presidente e Senhores Deputados, avaliar junto à população a repercussão negativa que ficou para esta Casa quando a "toque de caixa", se procurou sepultar a pretensão da Oposição de fazer-se ouvir quanto às emendas que, pura e simplesmente, foram julgadas inconstitucionais, sem que, na análise efetiva do assunto, se desse oportunidade de que a luz pudesse surgir em meio às discussões parlamentares.

Analisei junto aos eleitores de todos os segmentos sociais, ouvindo sempre a manifestação de que o Parlamento, como bem diz a palavra, é o local para se discutir Leis, antes que se tornem instrumentos cuja finalidade é o povo!

Além do mais, confesso, não soube responder muitas das indagações, pois o aspecto puro e simples da inconstitucionalidade, não me permitiu avaliar as razões, prós e contras que ditaram aquela maneira de comportamento.

Logo, se pecamos pela omissão, como

alguns quiseram fazer o povo acreditar, fomos empurrados ao único e honrado caminho, ante o rolo compressor que pretendia esmagar os Partidos da Oposição, para que manchetes de maioria não refletissem a realidade democrática que aqui vivemos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, entendo o comportamento do PMDB como Maioria. Não aceito, porém, que, pura e simplesmente queiram identificar, como disseram neste Plenário, que à Minoria resta apenas curvar-se à decisão. Fosse assim não haveria necessidade deste Parlamento, onde na salutar discussão se vislumbram decisões sábias e históricas, que já fizeram desta Casa a Casa do Povo!

E o PL não se curvou! E não se curva ante a prepotência!

O PL aceita o resultado da maioria, quando o fruto de discussões sábias e salutares. O PL quer participar e, por isso, na discussão desta Reforma tem apenas uma preocupação, pois que em nome dela já se denunciavam fatos capazes de manchar a intenção do Governo.

Representamos uma minoria, é verdade, mas, uma minoria que não se julga por números, mas, pela qualidade, e em respeito à essa qualidade de gente que confia no Partido Liberal, é que endossamos a preocupação dos demais Partidos, do que o rolo compressor da última quinta-feira não se torne prática comum nesta Casa.

Queremos, como Álvaro Dias, uma Reforma objetiva e honesta, porém sem pressa, sem manobras a "toque de caixa", e sem a intenção, de alguns, em espezinhar, pela força da maioria, uma minoria consciente, democrática e alerta na defesa dos interesses da comunidade paranaense e brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Continua em discussão o Projeto e as Emendas.

Encerrada a Discussão, em Votação. Sobre o Projeto ainda um Requerimento do Deputado Anibal Khury, constante do expediente, requer Preferência de Votação para a Emenda n. 44, do Projeto de Lei n. 32/87.

Em votação o Requerimento. Aprovado, com voto contrário do Deputado Rafael Greca.

Obedecendo à preferência, em votação a Emenda n. 44.

A Emenda n. 44 diz que o item 4.º, do artigo 115, passa a ter a seguinte redação: (Lê):

Sobre a mesma Emenda, uma sub-Emenda Substitutiva, assinada pelos Deputados Luiz Carlos Alborghetti, Pirajá Ferreira e outros, que muda o artigo (Lê):

Em votação a sub-Emenda Substitutiva.

Aprovada. Em consequência da aprovação da sub-Emenda, fica prejudicada a Emenda n. 44.

Em votação a Emenda da CCJ. Aprovada.

Em votação a Emenda oriunda da Mensagem Governamental n. 36/87, que extingue o cargo de Ouvidor. Aprovada.

Em votação a Emenda n. 1. Sobre a mesma uma sub-Emenda Aditiva assinada pelos Deputados Paulo Furiatti, Caíto Quintana e vários outros Deputados, com o seguinte teor: (Lê):

Em votação a Emenda n. 1. Aprovada.

Em votação a sub-Emenda aditiva à Emenda n. 1. Aprovada.

Em votação a Emenda n. 27. Aprovada.

Em votação a Emenda n. 45. Aprovada.

Em votação a Emenda n. 48. Aprovada.

O SR. PRESIDENTE - (Antonio Annibelli) Em votação a Emenda n. 56, assinada por quase todos os Senhores Deputados: (Lê... As Instituições do Ensino Superior ...) Em votação. Aprovada.

Sobre o mesmo Projeto, Emendas de terceira Discussão.

Emenda do Deputado Caíto Quintana, devidamente apoiada por outros Senhores Deputados.

Emenda Supressiva. Suprima-se do parágrafo 3.º do art. 55, do Projeto de Lei n. 32/87, a expressão "1.4". Em votação a Emenda.

Os Senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como estão.

Aprovada.

Emenda Substitutiva do Deputado Edmar Luiz Costa, devidamente apoiada pelos demais Senhores Deputados. Altera a redação dos arts. 14, 89 98 do Projeto de Lei n. 32/87.

Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Gostaria que Vossa Excelência lesse o teor da Emenda.

O SR. PRESIDENTE - Esta Presidência a passará ao Senhor 1.º Secretário, para que faça a Leitura.

O SR. 1.º Secretário procede à leitura: (Lê .... Art. 14 ....)

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Estou satisfeito.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Gostaria que a Emenda fosse lida na íntegra, para que tivéssemos conhecimento do que é que se está modificando.

O SR. PRESIDENTE - A Presidência determina ao Senhor 1.º Secretário que continue a leitura.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - (Continua a leitura: (Lê .... Art. ...89 .... Art.98)).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Em votação. Aprovada.

Emenda do Deputado Pirajá Ferreira, devidamente apoiada por outros Senhores Deputados. (Lê..." Art. Acrescente-se ao art. 114, do Projeto 32 - Para entidade mencionada na letra "d" deste Art. ....)

Em votação.

Os Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Rejeitado.

Em votação o Projeto de Lei n. 32/87.

Os Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Contra o voto dos Deputados Antônio Belinati, Algaci Túlio, Valderi Mendes Vilela e Ezequias Losso.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 004/87 (Mensagem n. 12/87 ex-Proposição n. 022/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio e as Fundações de Ensino Superior adiante mencionadas, nas datas e com os objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

Passaremos a apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 177/86, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que declara de utilidade pública o "Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirassol", com sede no Município de mesmo nome. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 189/86, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que declara de utilidade pública a "Associação dos Amigos e Benfeitores da Paróquia Nossa Senhora de Fátima de Cianorte", com sede e foro na cidade de Cianorte. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 20/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 27/87), que autoriza o Poder Executivo doar à Associação Comercial e Industrial de Engenheiro Beltrão o imóvel constituído pela data n. 16 da quadra n. 36, com área de 779,80m<sup>2</sup>, localizado naquele Município, conforme matrícula n. R1/7.600, Livro 2, do Registro de Imóveis da Comarca de Engenheiro Beltrão. Com PA-

RECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 003/87 (Mensagem n. 06/87 - ex-Proposição n. 016/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 18/11/85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, e o Município de Medianeira, objetivando a execução de um plano de fomento à agropecuária naquela municipalidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 005/87 (Mensagem n. 13/87 - ex-Proposição n. 023/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e os Municípios de Doutor Camargo, Porto Rico, Céu Azul, Toledo, Umuarama e Ponta Grossa, nas datas e com objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 006/87 (Mensagem n. 15/87 - ex-Proposição n. 025/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados em 29/10/86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Iolanda Schuindt, de São João do Ivaí. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Anita Grandi Salmon, ocorrido no dia 03 de maio do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, com apoio dos Senhores Deputados Rafael Greca e Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para a Proposição n. 41/87, que vetou o Projeto de Lei n. 293/86, oriundo da Mensagem Governamental n. 162/86, que autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimo com vistas ao Saneamento.

mento Financeiro da Cidade Industrial de Curitiba. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica em vários locais do Município de Jussara. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo reparos nas Escolas Municipais do Município de Alto Piquiri. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a concessão de um gabinete dentário para o Posto de Saúde do município de Alto Piquiri. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a ligação do Município de Kaloré à "Rodovia do Milho", passando, de um lado pelo Rio Itacolomi e, de outro pelo Rio Kaloré, distrito de Jussara, de onde bifurca até o município de São Pedro do Ivaí e Rio Ivaí, divisando com o Município de São João. **Em discussão. Em votação.**

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica em estradas vicinais do município de Jussara. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Saúde, encarecendo a instalação de um distrito sanitário no município de Quedas do Iguaçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da COBAL, encarecendo a instalação de um armazém no município de Quedas do Iguaçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando votos de congratulações à Rádio Emissora Santana, do município de Ponta Grossa, pela passagem do 25.º aniversário de fundação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente Regional da Rede Ferroviária Federal, convidando-o para um debate com a Comissão de Turismo desta Casa, objetivando visualizar uma saída para a urgente implantação da "Maria Fumaça" no trecho entre Antonina e Morretes. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a instalação de um gabinete odontológico no Colégio Humberto Alencar Castelo Branco, do município de Itapejara do Oeste. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, elogiando a atuação do Juiz substituto da Comarca de Astorga. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo o completamento do efetivo da Polícia Militar do Paraná, e na proporção da abertura de vagas, o seu conseqüente recompletamento. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Comandante Geral da Polícia Militar, encarecendo a implantação, fortalecimento e manutenção de policiamento ostensivo e preventivo nas escolas públicas e particulares, durante o período de aulas e intervalos entre turnos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário da Segurança Pública, Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná e Comandante do 15.º Batalhão da Polícia Militar do Município de Rolândia, elogiando a atuação da Polícia Militar por ocasião da tentativa de linchamento de um marginal no Município de Astorga. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expedien-

te, solicitando o envio de expediente ao Senhor Comandante Geral da Polícia Militar para que determine o reacompletamento do efetivo da Companhia de Polícia da Guarda Independente, a fim de poder o Comandante dessa Companhia, designar uma guarnição PM para policiamento diuturnamente o complexo de edificações deste Poder Legislativo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo lançamento do livro "Nicarágua - a bala na agulha", à jornalista Rosana Bond. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Reforma Agrária, solicitando que as áreas de terras desapropriadas no município de Cantagalo sejam distribuídas prioritariamente entre os sem-terras, que se encontram no referido Município. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, solicitando a restauração da estrada estadual entre o Distrito de Goioxim até o Rio Piquiri, Alto Cobre até Pinhalzinho, no município de Cantagalo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura e Abastecimento, encarecendo a inclusão do município de Missal no Plano Estadual de Irrigação e Armazenamento de Grãos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Secretário dos Transportes, encarecendo a inclusão no Programa de Rodovias Rurais da pavimentação asfáltica dos trechos: Bela Vista a Iguaporã ou Bela Vista/Belmonte/Novo Horizonte no município de Marechal Cândido Rondon. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a implantação de um Posto de Serviços - PS, na localidade de Serra das Flores, no município de São Jorge do Patrocínio. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a criação de um Posto

de Saúde na localidade de Serra das Flores, no município de São Jorge do Patrocínio. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando votos de congratulações à Casa Publicadora Brasileira pelo brilhantismo de seu conjunto vocal. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao artista plástico Eduardo Nascimento, pela vitória obtida no concurso "Pintura Mural Hospital de Clínicas". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo 200 carteiras escolares com cadeiras para a Escola Estadual Palmital - Ensino de primeiro grau. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Ação Social, encarecendo auxílio financeiro para a Creche Criança Feliz, na Vila Guarujá, no município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná, encarecendo informações a respeito do estágio do cumprimento das formalidades legais à respeito da construção da nova agência do BANESTADO no município de Bandeirantes. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Presidente da TELEPAR, visando a instalação do postos de serviços telefônicos nos bairros Juca Batista, Cabiúna, Ribeirão dos Índios, Ormenezi e Jacutinga, no município de Bandeirantes. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo providências para sanar as irregularidades nos aparelhos telefônicos do Distrito Nossa Senhora da Candelária, no município de Bandeirantes. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, constante do expediente, solicitando transcrição nos



Anais da Casa, da Proposta Documento das Lideranças da Região Sul, elaborado pelas lideranças indígenas da Região Sul.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário das Finanças e Ministro da Fazenda, encarecendo a redução da carga tributária para o mercado de carne bovina no Estado.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a reconstrução do piso da quadra de esportes e iluminação do Ginásio Carlírio Gomes dos Santos, no município de Santa Amélia.- Em discussão. Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, estranha-me o Requerimento ao Secretário dos Transportes porque me parece que o mesmo não tomou posse e esse requerimento não tem sentido.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência tem razão e esta Presidência encaminhará à Secretaria da Cultura e Esportes. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário dos Transportes e Diretor Geral do DER, encarecendo o recapeamento da estrada que permite acesso ao Seminário Diocesano da Ascensão, no Município de Jacarezinho.- **Aprovado.** - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, para que o mesmo determine ao DETRAN, encarecendo para que o posto de serviço de trânsito do município de Bocaiúva do Sul, seja desvinculado do município de Rio Branco do Sul e vinculado a Curitiba. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Política Habitacional, encarecendo a construção de 20 casas em regime de mutirão, no Distrito de Nossa Senhora da Candelária, através de convênio com a Prefeitura Municipal de Bandeirantes. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhor Governador do Estado, Secretário

de Trabalho e Ação Social e do Planejamento, encarecendo a criação de um programa estadual de informática para servir às centrais de triagem e assistência da Secretaria de Trabalho e Ação Social do Governo do Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Governador do Estado, visando sejam reajustados os vencimentos dos servidores públicos estaduais, em 20% correspondente a novo disparo do gatilho, a exemplo da recente providência do Governo Federal em relação aos seus servidores. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 05 de maio, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 298/86 e do Projeto de Resolução n. 02/87.

4.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 32/87.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 20/87 e dos Projetos de Resolução n. 03, 04, 05 e 06/87.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 39/87 e dos Projetos de Resolução n. 07 e 08/87.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO HAROLDO RODRIGUES FERREIRA, EM SESSÃO DO DIA 04 DE MAIO DE 1987.

#### "PROPOSTA-DOCUMENTO DAS LIDERANÇAS DA REGIÃO SUL"

Elaborado pelas lideranças Indígenas da Região Sul.

Curitiba, abril de 1987

Os índios da região sul do Brasil, reunidos em Curitiba, por unanimidade, deliberaram sugerir à Constituinte a manutenção e ampliação de determinados princípios jurídicos que norteiam a política indigenista brasileira. Basicamente, entendem os índios do sul do Brasil que o dispositivo constitucional espelhado no artigo 198 da atual Constituição, como de anteriores Constituições, seja mantido em sua integralidade, uma vez que, sem dúvida, têm tais disposições sido, através dos tempos, o sustentáculo dessa política.

Nessa linha de raciocínio, são, por exemplo, pela manutenção de princípios que

reconhecem o direito indígena sobre a terra, com atribuições de uso em caráter estritamente coletivo, sendo estas mesmas terras impassíveis de quaisquer negócios jurídicos que impeçam a realização desse objetivo, qual seja, o uso coletivo da terra.

E nesse particular, sugerem a inserção de princípios que impeçam o uso dessa terra de forma a descaracterizar o sentido coletivo da propriedade. Sugerem ainda que sejam mantidos princípios básicos da política indigenista brasileira, tais como os seguintes:

Artigo 4.º, Inciso IV

Artigo 198 - "As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas utilidades nelas existentes".

Reafirmação dos parágrafos 1.º e 2.º.-

Manutenção do artigo 17, da Lei n. 6001, que reconhece a legitimidade constitucional do direito indígena sobre a terra.

Manutenção do artigo 18, da Lei n. 6001, que atribui o uso coletivo das terras indígenas e veda o exercício de qualquer negócio jurídico que impeça a posse coletiva das terras indígenas.

Manutenção do artigo 19, da Lei n. 6001, que atribui à FUNAI a demarcação das terras indígenas.

Manutenção do artigo 22 - Parágrafo Único - que atribui posse permanente das terras habitadas por índios e direitos exclusivos sobre riquezas nelas existentes.

Manutenção do artigo 23, da Lei n. 6001, que considera posse do índio a ocupação efetiva da terra de acordo com seus usos, tradições, e onde exerce atividade econômica indispensável a sua subsistência.

Manutenção do artigo 24, da Lei n. 6001, que reconhece o usufruto assegurado aos índios sobre a terra, uso e percepção das riquezas naturais nela existentes, bem como o produto de sua exploração econômica.

Manutenção do artigo 25, da Lei n. 6001, que reconhece o direito dos índios e grupos tribais sobre as terras ocupadas independentemente de sua demarcação.

Manutenção do artigo 27, da Lei n. 6001, que caracteriza a reserva indígena.

Manutenção do artigo 28, da Lei n. 6001, que define condições de assistência aos parques indígenas.

Anulação do artigo 29, da Lei n. 6001.

Anulação do artigo 30, da Lei n. 6001, e aplicação irrestrita do artigo 198 da Constituição.

Reformulação do artigo 31, da Lei n.

6001, baseada na aplicação e reconhecimento do artigo 198 da Constituição.

Manutenção do artigo 32, da Lei n. 6001, que dispõe a propriedade plena da comunidade sobre as terras adquiridas nos termos da legislação civil.

Manutenção do artigo 33, da Lei n. 6001, que determina a posse da terra para o índio em terras ocupadas durante 10 (dez) anos consecutivos.

Manutenção do artigo 34, da Lei n. 6001, que dispõe o poder de polícia da FUNAI para assegurar o direito indígena à terra.

Manutenção do artigo 35, da Lei n. 6001, que atribui a FUNAI a responsabilidade de fazer a defesa judicial ou extra-judicial dos direitos indígenas.

Manutenção do artigo 36, da Lei n. 6001, que dispõe sobre a competência do Ministério Público Federal no sentido de proteger a posse das terras ocupadas pelos índios.

Manutenção do artigo 37, da Lei n. 6001, que reconhece o direito das comunidades indígenas em defender seus interesses.

Inclua-se ainda a manutenção "ipsis literis" dos artigos 20 e 21, da Lei n. 6001.

#### EDUCAÇÃO, SAÚDE, CRIMES CONTRA A CULTURA E JUSTIÇA

Manutenção do artigo 47, da Lei n. 6001, que assegura respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas.

Manutenção do artigo 48, da Lei n. 6001, que amplia às comunidades indígenas o sistema de ensino em vigor no país, com as necessárias adaptações.

Manutenção do artigo 49, da Lei n. 6001, que dispõe sobre a educação bilíngüe.

Reformulação do artigo 50, da Lei n. 6001, com a inclusão da necessidade de transmitir os valores comunitários no processo de educação.

Manutenção do artigo 51, da Lei n. 6001, que dispõe sobre escolas de primeiro grau em áreas indígenas.

Manutenção do artigo 52, da Lei n. 6001, que faculta aos índios, direitos à educação.

Reformulação do artigo 53, da Lei n. 6001, de forma a preservar a produção tradicional do artesanato.

Manutenção do artigo 54, da Lei n. 6001, que faculta aos índios os serviços normais de assistência à saúde.

Preservação do artigo 55, da Lei n. 6001, estendendo aos índios os benefícios da Previdência Social.

Manutenção do artigo 56, da Lei n. 6001, que dispõe sobre o reconhecimento da identidade étnica do índio infrator.



Manutenção do artigo 57, da Lei n. 6001, que reconhece a legitimidade das penalidades impostas pelas comunidades a seus membros.

Manutenção do artigo 58, da Lei n. 6001, que dispõe sobre os crimes cometidos contra índios e comunidades indígenas, bem como contra sua cultura.

Manutenção do artigo 59, da Lei n. 6001, que dispõe sobre o agravamento dos crimes cometidos contra índios ou comunidades.

Manutenção do artigo 60, da Lei n. 6001, que dispõe sobre a isenção de impostos quanto aos bens e renda do patrimônio indígena.

Manutenção do artigo 61, da Lei n. 6001, que estende aos indígenas os privi-

légios da Fazenda Pública.

Manutenção do artigo 62, da Lei n. 6001, que declaram nulos e extintos os efeitos jurídicos que visem domínio, posse, ou ocupação das terras indígenas, e seus parágrafos 1, 2 e 3.

Manutenção do artigo 63, da Lei n. 6001, que dispõe sobre a necessidade de audiência prévia da União e da FUNAI na apreciação de medidas judiciais.

Assinam:

PEDRO CORNÉLIO SEG-SEG  
Presidente do Conselho Indígena  
de Guarapuava

EUSÉBIO MARTINS  
Presidente do Conselho Regional  
de Londrina

E mais 17 assinaturas.